



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**



**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

**NATAL/RN
MARÇO/2013**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, das Decisões Normativas TCU nº 119 e 121/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 133/2013).

Unidade Consolidada: Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – FUNAPOL

**NATAL/RN
MARÇO/2013**

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABIN – Agência Brasileira de Inteligência

AGU – Advocacia Geral da União

CGU – Controladoria Geral da União

COR - Corregedoria Regional de Polícia Federal

CRH – Coordenação de Recursos Humanos

CRIS - Centro Regional de Inteligência de Sinais

DCPQ - Divisão de Controle de Produtos Químicos

DELEAQ e - Delegacia de Controle de Armas e Produtos Químicos

DELEFAZ - Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários

DELEFIN - Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros e Desvios de Recursos Públicos

DELEMAPH - Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio - Ambiente e Patrimônio Histórico

DELEMIG - Delegacia de Polícia de Imigração

DELEPAT - Delegacia de Repressão a Crimes contra o Patrimônio e ao Tráfico de Armas

DELEPREV - Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários

DELESP - Delegacia de Controle de Segurança Privada

DELINST - Delegacia de Defesa Institucional

DG – Direção Geral

DGP – Diretoria de Gestão de Pessoal

DLOG – Diretoria de Administração e Logística Policial

DN – Decisão Normativa

DPF – Departamento de Polícia Federal

DPF/MOS/RN - Delegacia de Polícia Federal em Mossoró

DRCOR - Delegacia Regional de Investigação e Combate ao Crime Organizado

DRE – Delegacia de Repressão a Entorpecentes

DREX - Delegacia Regional Executiva

GAECO - Grupo de Atuação Especial e Repressão ao Crime Organizado

IN – Instrução Normativa

IPL – Inquérito Policial

LOA – Lei Orçamentária Anual

MARCCO - Movimento Articulado contra a Corrupção

MPF – Ministério Público Federal

NAD - Núcleo Administrativo

NEOF - Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira

NIP - Núcleo de Inteligência Policial

NO - Núcleo de Operações

NTI - Núcleo de Tecnologia da Informação

NUCART - Núcleo de Cartório

NUCOR - Núcleo de Correções

NUDIS- Núcleo de Disciplina

OACI - Organização da Aviação Civil Internacional

OCI – Órgão de Controle Interno

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PPA – Plano Plurianual

PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

RFB – Receita Federal do Brasil

RG – Relatório de Gestão

SELOG - Setor de Administração e Logística Policial

SETEC - Setor Técnico - Científico

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

SINPRO - Sistema Nacional de Procedimentos

SIORG – Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal

SR/DPF/RN - Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Norte

SRH - Setor de Recursos Humanos

TCU – Tribunal de Contas da União

UCI – Unidade de Controle Interno

UG – Unidade Gestora

UJ – Unidade Jurisdicionada

UO – Unidade Orçamentária

URDP – Unidade de Repressão ao Desvio de Verbas Públicas

UTEC – Unidade Técnico-Científica

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES ANEXAS

<i>Quadro 1.1.1 – Identificação da unidade jurisdicionada relatório de gestão consolidado (Quadro A.1.2 da Portaria TCU 150/2012)</i>	9
<i>Quadro 1.3.1 - Organograma Funcional da SR/DPF/RN</i>	14
<i>Quadro 1.4.1 – Macroprocessos Finalísticos da SR/DPF/RN</i>	15
<i>Quadro 1.5.1 – Macroprocessos Finalísticos do NIP/DPF/RN</i>	16
<i>Quadro 1.5.2 – Macroprocessos Finalísticos do SRH/DPF/RN</i>	16
<i>Quadro 1.5.3 – Macroprocessos Finalísticos do NTI/DPF/RN</i>	16
<i>Quadro 1.5.4 – Macroprocessos Finalísticos do SELOG/DPF/RN</i>	17
<i>Quadro 1.5.5 – Macroprocessos Finalísticos da COR/DPF/RN</i>	17
<i>Quadro 1.5.6 – Macroprocessos Finalísticos da DREX/DPF/RN</i>	18
<i>Quadro 1.5.7 – Macroprocessos Finalísticos da DRCOR/DPF/RN</i>	19
<i>Quadro 1.5.8 – Macroprocessos Finalísticos do SETEC/DPF/RN</i>	19
<i>Quadro 3.3.1 – Prisões e apreensões realizadas pela SR/DPF/RN no ano de 2012</i>	30
<i>Quadro 3.3.2 – Operações policiais do DPF no estado do RN no ano de 2012</i>	30
<i>Quadro 3.3.3 – Atividades do NIP/SR/DPF/RN no ano de 2012</i>	31
<i>Quadro 3.3.4 – Atividades da COR/SR/DPF/RN no ano de 2012</i>	32
<i>Quadro 3.3.5 – Histórico de instrução de procedimentos disciplinares</i>	33
<i>Quadro 3.3.6 – Gráfico do histórico de instrução de procedimentos disciplinares</i>	33
<i>Quadro 3.3.7 – Histórico de instrução de inquéritos policiais</i>	33
<i>Quadro 3.3.8 – Gráfico do histórico de instrução de inquéritos policiais</i>	33
<i>Quadro 3.3.9 – Laudos emitidos pelo SETEC/SR/DPF/RN no ano de 2012</i>	34
<i>Quadro 3.3.10 – Histórico das atividades de perícia</i>	34
<i>Quadro 3.3.11 – Gráfico do histórico das atividades de perícia</i>	35
<i>Quadro 3.3.12 – Histórico de apreensões de drogas ilícitas em kg</i>	35
<i>Quadro 3.3.13 – Gráfico do histórico de apreensões de drogas ilícitas em kg</i>	36
<i>Quadro 3.3.14 - Atividades de Polícia Judiciária da DRE no ano de 2012</i>	36
<i>Quadro 3.3.15 – Atividades de Polícia Judiciária da DELEFAZ no ano de 2012</i>	37
<i>Quadro 3.3.16 - Inquéritos instaurados por tipificação no ano de 2012</i>	37
<i>Quadro 3.3.17 – Atividades de Polícia Judiciária da DELEMAPH no ano de 2012</i>	38
<i>Quadro 3.3.18 - Inquéritos instaurados por tipificação na DELEMAPH no ano de 2012</i>	38
<i>Quadro 3.3.19 - Atividades de Polícia Judiciária da DELEPREV no ano de 2012</i>	39
<i>Quadro 3.3.20 - Inquéritos instaurados por tipificação na DELEPREV no ano de 2012</i>	39
<i>Quadro 3.3.21 - Atividades de Polícia Judiciária da DELINST no ano de 2012</i>	40
<i>Quadro 3.3.22 - Inquéritos instaurados por tipificação na DELINST no ano de 2012</i>	40
<i>Quadro 3.3.23 – Atividades de Polícia Judiciária da DELEFIN no ano de 2012</i>	41
<i>Quadro 3.3.24 - Atividades de Polícia Judiciária da DELEPAT no ano de 2012</i>	42
<i>Quadro 3.3.25 - Inquéritos instaurados por tipificação na DELEPAT no ano de 2012</i>	42
<i>Quadro 3.3.26 - Atividades de Polícia Judiciária da DELEAQ no ano de 2012</i>	43
<i>Quadro 3.3.27 - Atividades da DELEAQ no ano de 2012</i>	43
<i>Quadro 3.3.28 - Histórico das principais atividades de controle de armas</i>	44
<i>Quadro 3.3.29 – Gráfico das principais atividades de controle de armas</i>	44
<i>Quadro 3.3.30 – Atividades de controle e fiscalização de produtos e insumos químicos</i>	44
<i>Quadro 3.3.31 - Atividades de Polícia Judiciária da DELEMIG</i>	45
<i>Quadro 3.3.32 - Atividades da DELEMIG</i>	45
<i>Quadro 3.3.33 – Histórico de expedição de passaporte e carteiras de estrangeiros</i>	46
<i>Quadro 3.3.34 – Gráfico do histórico de expedição de passaporte e carteiras de estrangeiros</i>	47

<i>Quadro 3.3.35 - Atividades de Polícia Judiciária da DELESP no ano de 2012</i>	48
<i>Quadro 3.3.36 - Histórico das atividades da DELESP</i>	49
<i>Quadro 3.3.37 – Gráfico do histórico das atividades da DELESP</i>	49
<i>Quadro 3.3.38 - Atividades do GID no ano de 2012</i>	50
<i>Quadro 3.3.39 – Gráfico do histórico das atividades do grupo de identificação</i>	50
<i>Quadro 3.3.40 – Atividades do Núcleo de Operações da DREX no ano de 2012</i>	51
<i>Quadro 3.3.41 – Quadro geral das atividades de polícia judiciária da SR/DPF/RN</i>	51
<i>Quadro 3.3.42 - Atividades de polícia judiciária, por delegacia, da SR/DPF/RN</i>	52
<i>Quadro 3.3.43 – Atividades cartorárias da DPF/MOS/RN no ano de 2012</i>	52
<i>Quadro 3.3.44 - Atividades de Polícia Judiciária da DPF/MOS/RN no ano de 2012</i>	52
<i>Quadro 13.3.45 - Atividades referentes ao SINARM/DPF/MOS/RN</i>	53
<i>Quadro 3.3.46 - Atividades referentes ao controle de segurança privada da DPF/MOS/RN</i>	53
<i>Quadro 3.3.47 - Atividades referentes à comissão de controle de produtos químicos da DPF/MOS/RN</i>	53
<i>Quadro 3.3.48 - Apreensão de drogas ilícitas no âmbito da DPF/MOS/RN</i>	53
<i>Quadro 3.3.49 - Mandados de prisão cumpridos no âmbito da DPF/MOS/RN</i>	54
<i>Quadro 3.3.50 - Atividades executadas pelo Núcleo de Identificação da DPF/MOS/RN:</i>	54
<i>Quadro 3.3.51- Atividades executadas pelo Núcleo de Imigração – NUMIG/DPF/MOS/RN</i>	54
<i>Quadro 4.2.1 – Avaliação do sistema de controles internos da UJ (Quadro A 3.1 da Portaria TCU 150/2012)</i>	58
<i>Quadro 4.4.1 – Relatório de procedimentos instaurados e registrados no CGU/PAD</i>	60
<i>Quadro 5.1.2.1.1 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação (Quadro A.4.14 – Portaria TCU 150/2012)</i>	63
<i>Quadro 5.1.2.2.1- Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos de movimentação (Quadro A.4.15 – Portaria TCU 150/2012)</i>	64
<i>Valores em R\$ 1,00</i>	64
<i>Quadro 6.1.1 – Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores (Quadro A.5.2 – Port. TCU 150/2012)</i>	66
<i>Quadro 6.2.1.1.1 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF) (Quadro A.5.8 – Portaria TCU 150/2012)</i>	66
<i>Valores em R\$ 1,00</i>	66
<i>Quadro 6.2.1.2.1 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador (Quadro A.5.10 – Portaria TCU 150/2012)</i>	67
<i>Quadro 6.2.1.3.1 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica) (Quadro A.5.11 – Portaria TCU 150/2012)</i>	67
<i>Quadro 6.2.1.4.1 – Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF) (Quadro A.5.12 – Portaria TCU 150/2012)</i>	67
<i>Quadro 7.1.1.1.1 - Situações que reduzem a força de trabalho da UJ (Quadro A.6.2 da Portaria TCU 150/2012)</i>	69
<i>Quadro 7.1.2.1 - Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Quadro A.6.3 da Portaria TCU 150/2012)</i>	70
<i>Quadro 7.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade (Quadro A.6.5 da Portaria TCU 150/2012)</i>	70
<i>Quadro 7.1.3.1 – Custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores(Quadro A.6.6 da Portaria TCU 150/2012)</i>	71
<i>Quadro 7.1.4.1.1 – Composição do quadro de servidores inativos - situação apurada em 31/12 (Quadro A.6.7 da Portaria TCU 150/2012)</i>	72
<i>Quadro 7.2.1.1 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva (Quadro A.6.17 – Portaria TCU 150/2012)</i>	74

<i>Quadro 7.2.2.1 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra. (Quadro A.6.18 – Portaria TCU 150/2012)</i>	75
<i>Quadro 7.2.6.1 - Composição do quadro de estagiários (Quadro A.6.19 da Portaria TCU 150/2012)</i>	76
<i>Quadro 8.1.1 - Quadro de quilometragem rodada (*)</i>	77
<i>Quadro 8.2.1.1 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União (Quadro A.7.1 da Portaria TCU 150/2012)</i>	79
<i>Quadro 8.2.2.1 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros (Quadro A.7.2 da Portaria TCU 150/2012)</i>	79
<i>Quadro 8.2.3.1 – Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ (Quadro A.7.3 da Portaria TCU 150/2012)</i>	80
<i>Quadro 9.1.1 – Gestão da tecnologia da informação da unidade jurisdicionada (Quadro A.8.1 da Portaria TCU 150/2012)</i>	82
<i>Quadro 10.1.1 - Gestão ambiental e licitações sustentáveis(Quadro A.9.1 da Portaria TCU 150/2012)</i>	85
<i>Quadro 10.2.1 – Consumo de papel, energia elétrica e água (Quadro A.9.2 da Portaria do TCU 150/2012)</i>	87
<i>Quadro 11.1.1.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR (Quadro A.10.5 da Portaria TCU 150/2012)</i>	88
<i>Quadro 11.2.1 - Declaração do responsável pela área de contratos (Quadro A.10.6 da Portaria TCU 150/2012)</i>	89
<i>Quadro 12.2.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada. (Quadro A.11.1 da Portaria TCU 150/2012)</i>	91
<i>Quadro 13.2.1 – Principais gastos de custeio da SR/DPF/RN</i>	93

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS	9
1.1. Identificação de Relatório de Gestão CONSOLIDADO	9
1.2 Finalidade e Competência institucional	11
1.2.2 Objetivos estratégicos.....	11
1.3 Organograma Funcional	14
1.4 Macroprocessos Finalísticos	15
1.5 Macroprocessos de Apoio	16
1.6 Principais Parceiros	20
2 - INTRODUÇÃO	23
3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES	26
3.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada	26
3.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos	26
3.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações	26
3.4 Indicadores Institucionais da Unidade Jurisdicionada	55
4. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	57
4.1 Estrutura de Governança	57
4.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	58
4.3 Sistema de Correição	59
4.4 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU	59
5. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA 61	
5.1 Desempenho Orçamentário/Financeiro	61
5.2 Análise Crítica	65
6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	66
6.1 Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores	66
6.2 Suprimento de Fundos	66
6.2.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos.....	66
7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	69
7.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos	69
7.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada.....	69
7.1.2 Qualificação da Força de Trabalho.....	70
7.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	71
7.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	72
7.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	72
7.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	72
7.1.7 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	72
7.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários	74
7.2.1 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada.....	74
7.2.2 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	75
7.2.3 Composição do Quadro de Estagiários.....	76
8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	77
8.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	77
8.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário	79
8.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial.....	79
8.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros.....	79
8.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ	80

8.3 Análise Crítica	81
9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	82
9.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)	82
9.2 Análise Crítica	84
10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	85
10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	85
10.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	87
11. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	88
11.1 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93	88
11.1.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	88
11.1.2 Análise Crítica	88
11.2 Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV	89
12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	90
12.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	90
12.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos	90
12.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	91
12.2.1 Declaração Plena	91
13 – OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ E DIFICULDADES ENFRENTADAS NA GESTÃO	92
13.1 Providências adotadas pelo DPF para regularizar a terceirização de serviços relacionados ao controle migratório.	92
13.2 Principais gastos de custeio da SR/DPF/RN	92
13.3 Principais informações veiculadas pela Comunicação Social no ano de 2012:	93
13.4 Programa Carbono Neutro	96
13.5 Implantação do Sistema GestãoNet (e-Log e e-GP) no DPF	97
14 - RESULTADOS E CONCLUSÕES	99

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

1.1. Identificação de Relatório de Gestão CONSOLIDADO

Quadro 1.1.1 – Identificação da unidade jurisdicionada relatório de gestão consolidado (Quadro A.1.2 da Portaria TCU 150/2012)

Poder e Órgão de vinculação				
Poder: Executivo				
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça		Código SIORG: 316		
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora				
Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Rio Grande de Norte				
Denominação abreviada: SR/DPF/RN				
Código SIORG: 1155		Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 200086
Situação: ativa				
Natureza Jurídica: Órgão Público			CNPJ: 00.394.494/0036-66	
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8/00	
Telefones/Fax de contato:		(84)3204-5602.	(84) 3204-5509.	(84) 3204-5604fax.
Endereço eletrônico: gab.srrn@dpf.gov.br e selog.srrn@dpf.gov.br				
Página na Internet: http://www.dpf.gov.br				
Endereço Postal: Rua Dr. Lauro Pinto, nº 155 – Lagoa Nova – Natal/RN – CEP 59064-250				
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas				
Nome	CNPJ	Código SIAFI	Situação	Código SIORG
SR/DPF/RN - TESOURO	00.394.494/0036-66	200394	Ativa	001155
SR/DPF/RN - FUNAPOL	00.394.494/0036-66	200395	Ativa	000316
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas				
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas				
- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. SR/DPF/RN: Portaria 184, de 19/04/65 – Cria a Subdelegacia Regional, BS nº 081, de 04/05/65. Decreto 70.665, de 02/06/72, DOU. 104, de 05/06/72, Transformada em Divisão. Portaria 039, de 17/03/75, publicada no BS nº 052, de 18/03/75. Elevada para Superintendência Regional. FUNAPOL: Lei Complementar 89, de 18.02.1997.				
Outras normas infra legais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas				
- Decreto nº 6.061, de 15/03/2007 e suas alterações, que aprova a estrutura regimental do MJ. - Portaria nº 3.961/MJ, de 24.11.2009, que aprova o Regimento Interno. - Portaria nº 2.877/MJ, de 30/12/2011, que aprova o novo Regimento Interno do DPF. - Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15/06/2005, define as competências específicas das unidades centrais e descentralizadas do Departamento de Polícia Federal e as atribuições de seus dirigentes, alterada pela IN Nº 17/08-DG/DPF; alterada pela IN Nº 39/2010 - DG/DPF. - Portaria nº 2099/2011-DG/DPF, de 15 de fevereiro de 2011, que define as circunscrições oficiais das Superintendências Regionais e das Delegacias de Polícia Federal Descentralizadas, alterada pelas Portarias nº 2532/2011-DG/DPF, de 17 de agosto 2011, publicada no BS nº 159, de 18 de agosto de 2011 e nº 2678/2011-DG/DPF, de 1º de novembro de 2011, publicada no BS nº 211, de 3 de novembro de 2011.				
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas				
- Carta de Serviços ao Cidadão, disponível em meio eletrônico (http://www.dpf.gov.br/institucional/carta-de-servicos). O documento busca ampliar o acesso dos cidadãos aos serviços e facilitar o atendimento ao público nas unidades da Polícia Federal. - Carta de Serviços ao Servidor, disponível em meio eletrônico (http://intranet.dpf.gov.br/servidor/carta-de-servicos/) na intranet do órgão. A Polícia Federal, seguindo a diretriz de valorização do servidor, elaborou sua Carta				

de Serviços ao Servidor, com o objetivo de divulgar os serviços mais relevantes prestados pelas unidades de gestão de pessoal. O conhecimento dos serviços e processos internos tem facilitado o seu acesso pelo usuário, aumentando a transparência na sua prestação.

- Manual de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial (três volumes), publicado pela Setorial de Contabilidade do DPF, em muito contribuindo para a padronização de procedimentos nas áreas correlatas nesta Regional.

Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
200394	Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Rio Grande de Norte (TESOURO)
200395	Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Rio Grande de Norte (FUNAPOL)
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
200394	0001
200395	0001

1.2 Finalidade e Competência institucional

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem suas raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, Decreto-Lei 6378/44, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, e faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas receitas, como unidades gestoras, a exemplo da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Rio Grande do Norte.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente, a Polícia Federal deve “apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.” (art. 144, parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal as seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro); Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 - SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbacão ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003); Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal); Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004); Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e Proteção às Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Assim, a Superintendência Regional do DPF no Rio Grande do Norte exerce todas as atividades supracitadas, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscrição.

1.2.2 Objetivos estratégicos

Primeiramente, cumpre esclarecer que o Departamento de Polícia Federal tem seu planejamento estratégico baseado no modelo de cenários prospectivos. Considerando a revisão do Plano Estratégico de 2007/2022, de modo a adequá-lo à nova realidade de gestão estratégica, a partir da publicação da Portaria nº 1735/2010-DG/DPF, de 03/11/2010, foi aprovada a revisão do planejamento estratégico da Polícia Federal, para o período de 2010-2022, ora representado por três instrumentos:

- **Plano Estratégico**, composto por:

- I - Histórico;
- II - Negócio;
- III - Missão;
- IV - Visão;

- V - Valores;
- VI - Fatores Críticos de Sucesso;
- VII - Políticas Corporativas;
- VIII - Macro Objetivos;
- IX - Objetivos Institucionais; e
- X - Ações Estratégicas.

• **Portfólio Estratégico**, que servirá como base para a estruturação, elaboração e consolidação dos Planos Plurianuais da Polícia Federal, é composto de:

- I - Objetivos Institucionais; e
- II - Ações Estratégicas.

• **Mapa Estratégico**, composto de:

- I - Missão;
- II - Visão;
- III - Perspectivas;
- IV - Macro Objetivos;
- V - Objetivos Institucionais, de forma destacada, contendo a síntese de seus descritores; e
- VI - Síntese das Ações Estratégicas, dispostas conforme sua vinculação aos respectivos Objetivos Institucionais.

As Perspectivas acima referidas (inciso III) devem ser compreendidas na seguinte ordem:

- I – Orçamento e Finanças;
- II – Aprendizado e Crescimento;
- III – Processos Internos; e
- IV – Clientes e Resultados.

Nesse sentido, para efeito do presente Relatório de Gestão, é oportuno elencar os Objetivos Institucionais vigentes, previstos no planejamento estratégico:

a) Fortalecer a cultura de gestão estratégica

Implantar uma cultura permanente de gestão estratégica no âmbito da Polícia Federal, em busca da eficácia, eficiência e efetividade de seus serviços e atividades.

b) Valorizar o Servidor

Estabelecer e implantar estratégias de avaliação do mérito e valorização do pessoal, motivando todas as categorias de servidores e agregando valores de maneira a formar um grupo coeso e permanente.

c) Reduzir a Criminalidade

Reduzir a atuação da criminalidade organizada, aprimorando e modernizando constantemente as técnicas investigativas, em todos os segmentos de atuação.

d) Promover a Cidadania

Promover o reconhecimento formal de direitos e deveres na vida cotidiana dos indivíduos, por meio da divulgação e fortalecimento das ações de polícia administrativa no território brasileiro e suas fronteiras.

e) Incrementar os Acordos e Parcerias

Promover, consolidar, regular e oficializar parcerias estratégicas, em âmbito nacional e internacional, de maneira a conferir respaldo e legitimidade às ações operacionais, de inteligência, de treinamento, de transferência de tecnologia, entre outras.

f) Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais

Modernizar a gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização.

g) Consolidar a Governança em Tecnologia da Informação

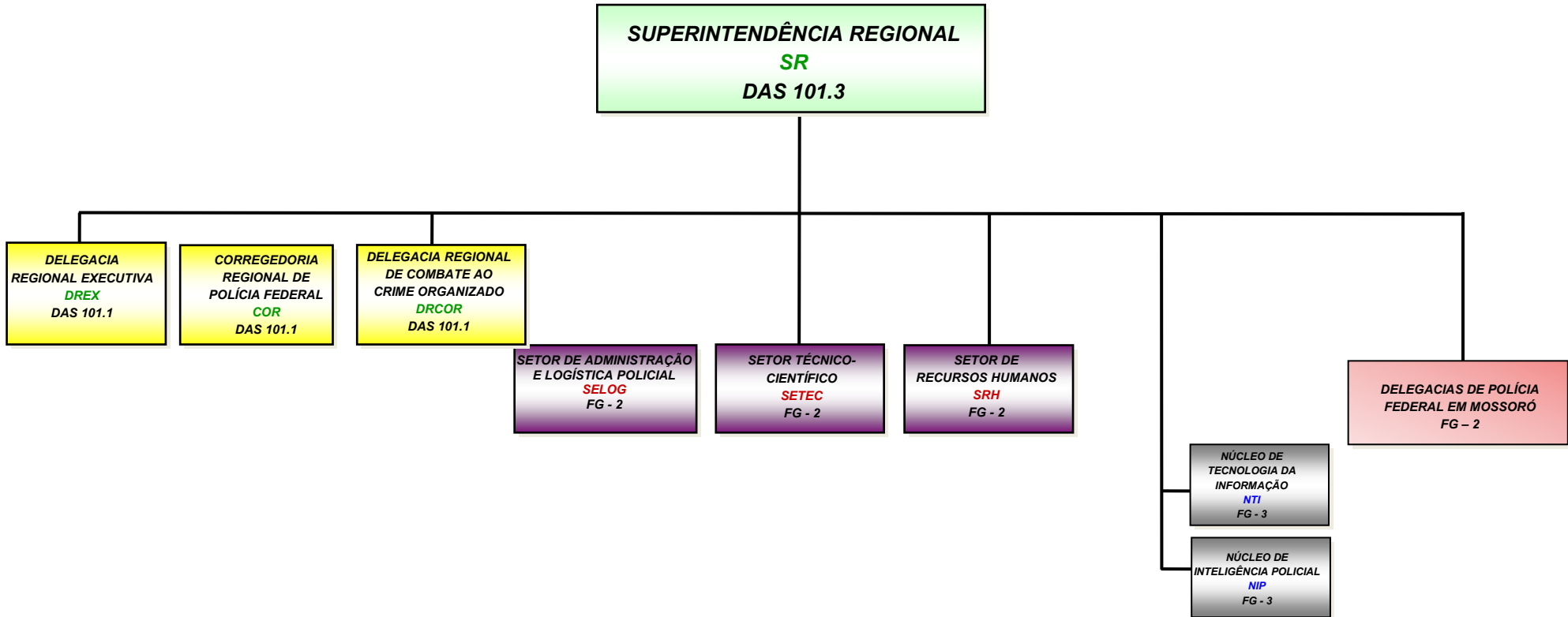
Estruturar as práticas, padrões, processos, recursos e relacionamentos na área de Tecnologia da Informação, aprimorando seus serviços e agregando valor à instituição.

h) Integrar o Orçamento ao Planejamento Estratégico

Vincular a proposta orçamentária da Polícia Federal ao seu planejamento estratégico, de maneira a dispor de um plano orçamentário sustentável que permita adequar qualitativa e quantitativamente os recursos financeiros ao cumprimento de sua missão.

1.3 Organograma Funcional

Quadro 1.3.1 - Organograma Funcional da SR/DPF/RN



1.4 Macroprocessos Finalísticos

Em consonância com o arcabouço legal que define as atribuições da Polícia Federal, pode-se concluir que o papel desta Superintendência de Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Norte é contribuir com o cumprimento da missão do Departamento em nível regional, tanto como Polícia Judiciária da União, como Polícia Administrativa. Suas atribuições gerais estão definidas na Portaria nº 2.877, de 30 de dezembro de 2011, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça - MJ, publicada na Seção 1 do DOU nº 001, de 02 de janeiro de 2012, quais sejam:

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005).

Quadro 1.4.1 – Macroprocessos Finalísticos da SR/DPF/RN

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS ¹	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Comunicação Institucional	Gestão dos meios de comunicação institucionais destinados a oferecer subsídios e informações que contribuam para construir e manter uma imagem uniforme e positiva da organização, além de fomentar a comunicação entre os diversos segmentos internos, para garantir a disseminação das informações e do conhecimento, mantendo a coesão do corpo funcional em torno dos objetivos institucionais.
Cooperação Internacional	Visa à cooperação, ao intercâmbio de informações e à gestão do relacionamento da Polícia Federal com outras instituições policiais internacionais, com o fim de dar cumprimento às atribuições institucionais recíprocas.
Correição e Controles Internos	Garantir a integridade dos registros contábeis e financeiros e a conformidade com as leis, os regulamentos e os normativos aplicáveis à entidade e sua área de atuação, em especial dos procedimentos relacionados às atribuições institucionais de Polícia Judiciária.
Gestão de Parcerias e Convênios	Conjunto de processos destinados à prospecção, à formalização e ao controle dos acordos e convênios destinados à troca de informações, ao compartilhamento de recursos e à cooperação técnica, entre outros, firmados pela Instituição com outros órgãos ou entidades.
Gestão de Tecnologia da Informação	Conjunto de processos que visa à disponibilidade, à operacionalidade e à adequabilidade dos recursos tecnológicos da organização.
Gestão do Conhecimento	Conjunto de processos sistematizados, articulados e intencionais, capazes de incrementar a habilidade dos gestores e servidores públicos em criar, coletar, organizar, transferir e compartilhar informações e conhecimentos que podem servir para a tomada de decisões, para a gestão de políticas públicas e para a inclusão do cidadão como produtor de conhecimento coletivo.
Gestão Organizacional e Estratégica	Conjunto de processos que visa ao planejamento, à organização, à implantação, à avaliação e ao controle do desempenho da organização, buscando a eficiência e a constante melhoria dos processos de trabalho, a eficácia das ações operacionais e administrativas, o aumento da produtividade e o desempenho qualitativo dos serviços.

¹ Fonte: *Arquitetura de Processos da Polícia Federal*

1.5 Macroprocessos de Apoio

Núcleo de Inteligência Policial: NIP

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005).

Quadro 1.5.1 – Macroprocessos Finalísticos do NIP/DPF/RN

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Inteligência Policial	Conjunto de processos relativo à atividade de produção e proteção de conhecimentos, exercida pela Polícia Federal, por meio do uso de metodologia própria e de técnicas acessórias, com a finalidade de apoiar o processo decisório do órgão, quando atuando no nível de assessoramento, ou ainda, de subsidiar a produção de provas penais, quando for necessário o emprego de suas técnicas e metodologias próprias, atuando, neste caso, no nível operacional.

Setor de Recursos Humanos

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

Quadro 1.5.2 – Macroprocessos Finalísticos do SRH/DPF/RN

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Gestão de Pessoas	Gerenciamento e desenvolvimento das pessoas selecionadas e contratadas, incluindo seu acompanhamento em termos de desempenho.

Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005).

Quadro 1.5.3 – Macroprocessos Finalísticos do NTI/DPF/RN

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Gestão de Tecnologia da Informação	Consiste no conjunto de processos que visa à disponibilidade, à operacionalidade e à adequabilidade dos recursos tecnológicos da organização. Inclui o projeto, o desenho, o desenvolvimento, a homologação e a manutenção dos sistemas computacionais, possibilitando o atendimento das necessidades decorrentes da execução dos processos finalísticos, de gestão e de suporte da Instituição.

Serviço de Administração e Logística Policial - SELOG

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005).

Quadro 1.5.4 – Macroprocessos Finalísticos do SELOG/DPF/RN

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Gestão de Obras e Edificações	Consiste no conjunto de processos destinado à elaboração de projetos de construção, reforma ou ampliação de edificações onde estão ou serão instaladas as diversas unidades funcionais da Organização e ao acompanhamento da execução desses projetos. A partir da sua entrega, os imóveis devem ser objeto de manutenção permanente com a finalidade de assegurar a sua capacidade de suportar fisicamente a execução das atividades inerentes às das diversas unidades organizacionais.
Logística	Consiste no conjunto de processos destinado ao provimento de recursos, equipamentos e informações para a execução de todas as atividades da Instituição, administrando os recursos, em especial os materiais, gerenciando desde a compra e entrada de materiais, o armazenamento, o transporte e a distribuição dos produtos, monitorando as operações e gerenciando informações.
Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil	Consiste no conjunto de processos destinado ao controle patrimonial da Instituição, seus fenômenos e variações, tanto no aspecto quantitativo quanto no qualitativo, registrando os fatos e atos de natureza econômico-financeira que o afetam e estudando suas consequências na dinâmica organizacional. Cuida do planejamento da execução físico-financeira, contemplando a previsão das receitas, a fixação das despesas e a obtenção e gestão dos recursos financeiros destinados ao atendimento das necessidades decorrentes do exercício das atribuições da Organização.

Corregedoria Regional da Polícia Federal COR

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Distribuir expedientes com vistas à instauração de inquérito policial, planejar e executar o Plano de Correções, decidir sobre conflitos de competência, determinar a instauração de sindicância para apurar irregularidades ou infrações cometidas por servidores lotados na Superintendência ou em suas unidades subordinadas descentralizadas, dentre outras atribuições específicas (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005).

Quadro 1.5.5 – Macroprocessos Finalísticos da COR/DPF/RN

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Correição e Controles Internos	Consiste no conjunto de processos destinados às inspeções nas Atividades de Polícia Judiciária; sindicância patrimonial; processo administrativo disciplinar (PAD); sindicância acusatória / punitiva; sindicância investigativa; apuração de desvios de conduta e violação do dever de cuidado de bens; correções em procedimentos disciplinares; correções das atividades de polícia judiciária (Ordinárias e Extraordinárias); correções parciais de inquéritos policiais; produção de informações gerenciais na área de polícia judiciária.

Delegacia Regional Executiva – DREX

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005).

Quadro 1.5.6 – Macroprocessos Finalísticos da DREX/DPF/RN

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Controle da Segurança Privada	Consiste num conjunto de processos destinados à autorização para aquisição de armas, munições, petrechos e coletes balísticos; cancelamento de atividade e de autorização de funcionamento; encerramento de atividade clandestina de segurança privada; credenciamento de instrutor para escola de formação de vigilante; emissão do certificado de vistoria de carro-forte; aprovação do plano de segurança bancária; emissão de guia de transporte de armas, munições, explosivos e petrechos de recarga; emissão do registro de certificado de formação de vigilante; expedição da autorização de funcionamento e alteração de atos constitutivos; emissão da Carteira Nacional de Vigilante – CNV; processo punitivo em desfavor de empresas de segurança privada e instituição financeira; credenciamento de instrutores que atuam na iniciativa privada Sob o controle da CONAT; recebimento de armas de fogo; credenciamento de psicólogos, instrutores de tiro e armeiros; autorização para emissão de porte de arma de fogo para guarda municipal; autorização para trânsito de arma de fogo; autorização do porte de arma de fogo para segurança de dignitários estrangeiros; autorização do porte de arma de fogo de uso permitido; registro de arma de fogo; autorização para aquisição de armas de fogo de uso permitido; controle de importação e exportação de produtos químicos; cadastro e licenciamento de empresas de produtos químicos; instauração e condução de Processo Administrativo de Infração (PAI); fiscalização de empresas de produtos químicos.
Controle de Armas de Fogo	Consiste no conjunto de processos destinados à regulação e à fiscalização do registro, da posse e da comercialização de armas de fogo e munições, incluindo a gestão do Sistema Nacional de Armas de Fogo (SINARM) e o controle de instrutores de tiro e dos profissionais habilitados para a realização de avaliações psicológicas para emissão dos documentos autorizativos para aquisição e para registro e porte de armas no País.
Controle Migratório	Consiste no conjunto de processo que visa ao estabelecimento e à implantação de critérios e regras para o ingresso e para a saída de nacionais e estrangeiros do território brasileiro, bem como a expedição e o controle de documentos de viagem de cidadãos brasileiros. Contempla a permanente atualização do cadastro dos estrangeiros residentes no País e a execução dos procedimentos para a emissão da Carteira de Estrangeiro, documento que garante a legalidade da permanência dos estrangeiros no País.
Controle de Precursores Químicos	Consiste no conjunto de processos destinado ao controle e à fiscalização dos produtos químicos e das substâncias a que se refere à Lei 10.357, 27/12/2001, sendo executado mediante o cadastramento e fiscalização das empresas que exerçam ou venham a exercer quaisquer das atividades elencadas nessa lei, por meio da expedição dos certificados e autorizações pertinentes.
Identificação Civil	Consiste no conjunto de processos destinados à individualização das pessoas por meio de suas impressões datiloscópicas, consistindo nas etapas de coleta, análise e armazenamento, possibilitando a emissão de inúmeros documentos de identificação, a exemplo da Carteira de Identidade de Estrangeiro, Passaporte Nacional, Carteira de Vigilante, Carteira Funcional de Servidores da Polícia Federal e Registro de Identidade Civil.

Segurança de Pessoas	Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo resguardar a integridade física de pessoas, em especial as autoridades nacionais e internacionais (dignitários) e as testemunhas em processos judiciais ou em investigações criminais de competência federal.
Segurança de Portos e Aeroportos	Consiste no conjunto de processos que visam ao planejamento e ao controle da segurança aeroportuária e portuária.
Suporte Operacional	Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo fornecer os suportes táticos e técnicos necessários à execução dos processos finalísticos de Polícia Judiciária e Polícia Administrativa da Instituição. Incluem-se nesse macroprocesso o Grupo de Pronto Intervenção - GPI e os cães de serviço.

Delegacia Regional de Repressão e Combate ao Crime Organizado - DRCOR

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005).

Quadro 1.5.7 – Macroprocessos Finalísticos da DRCOR/DPF/RN

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Investigação Criminal	Consiste no conjunto de processos que visa à apuração das infrações penais e respectiva autoria, incluindo aquelas a cujo teor deva ser dado tratamento sigiloso, sendo formalizado por meio de instrumentos como inquérito policial e termo circunstanciado, que configuram a exteriorização da investigação criminal. Inclui as operações policiais necessárias à obtenção do conjunto probatório necessário à conclusão da investigação.

Setor Técnico Científico - SETEC

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005).

Quadro 1.5.8 – Macroprocessos Finalísticos do SETEC/DPF/RN

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Criminalística	Consistem no conjunto de processos de descoberta, análise, coleta e exame pericial de vestígios criminais, indispensáveis para elucidação de crimes. Seus objetivos são a elucidação da dinâmica, a explicação da prova material dos delitos e a identificação de seus autores e vítimas. A criminalística se utiliza de conhecimentos científicos e aplica diferentes procedimentos e técnicas para reprodução dos fatos sob investigação criminal, sendo as disciplinas em que se baseia denominadas Ciências Forenses. O desenvolvimento das atividades dos Peritos Criminais Federais resulta em Laudos Periciais Criminais, requisitados pela Polícia Federal, Ministério Público ou pelo Poder Judiciário, fornecendo elementos técnicos probatórios à investigação policial e ao processo criminal.

1.6 Principais Parceiros

A Superintendência Regional da Polícia Federal no RN possui diversos parceiros externos, os quais colaboram e participam na consecução dos objetivos da SR de formas variadas, dentre eles destacam-se:

RECEITA FEDERAL: Troca de informações entre as instituições, visando o combate ao contrabando, descaminho, sonegação fiscal, etc. Participação em operações em conjunto, além de doações de equipamentos em geral para equipar a Superintendência. Acordo de Cooperação assinado, com vistas ao desenvolvimento de projetos e ações de interesse comum, voltados para o desenvolvimento e compartilhamento de tecnologias e informações; bem como planejamento e desenvolvimento de ações conjuntas de combate ao desvio de recursos públicos mediante repressão às condutas definidas como crime nos tipos penais correlatos.

IBAMA: Troca de informações entre as instituições, visando o combate aos crimes ambientais. Além de participarem de operações em conjunto.

CGU: Troca de informações entre as instituições, visando o combate aos crimes perpetrados por servidores públicos e políticos, participação em operações em conjunto. Acordo de Cooperação assinado, com vistas ao desenvolvimento de projetos e ações de interesse comum, voltados para o desenvolvimento e compartilhamento de tecnologias e informações; bem como planejamento e desenvolvimento de ações conjuntas de combate ao desvio de recursos públicos mediante repressão às condutas definidas como crime nos tipos penais correlatos.

TCU: Acordo de Cooperação assinado, com vistas a fixar procedimentos e estabelecer formas de colaboração entre os partícipes, com fins de ampliar as ações de articulação, integração e intercâmbio que contribuam para a maior celeridade e eficiência dos processos que envolvam a proteção e a recomposição do patrimônio da União e a defesa da probidade administrativa.

Superintendência do Patrimônio da União – SPU: Total apoio à SR/RN na condução dos processos de doação dos terrenos situados nos Municípios de Macaíba/RN e Mossoró/RN, sendo o primeiro com a finalidade da guarda dos veículos apreendidos pela SR e o segundo para construção da nova sede da Delegacia de Polícia Federal de Mossoró.

INSS: Troca de informações entre as instituições, visando o combate aos crimes previdenciários. Além de participarem de operações em conjunto.

ANATEL: Troca de informações entre as instituições, visando o combate aos crimes relacionados à telecomunicação. Além de participarem de operações em conjunto.

ECT: Troca de informações entre as instituições, visando combater assaltos às agências do Correios e demais crimes conexos.

MPT/RN: Cooperação por parte do Ministério Público do Trabalho, com assinaturas de Termos de Ajustamento de Condutas – TAC, em que a Polícia Federal é beneficiada com recursos provenientes de empresas condenadas em processos trabalhistas, para melhorias das instalações da Sede.

MPF/RN: Acordo de Cooperação assinado, com vistas ao desenvolvimento de projetos e ações de interesse comum, voltados para o desenvolvimento e compartilhamento de tecnologias e informações; bem como planejamento e desenvolvimento de ações conjuntas de combate ao desvio de recursos públicos mediante repressão às condutas definidas como crime nos tipos penais correlatos.

MPE/RN: Acordo de Cooperação assinado, tendo como objeto a cooperação mútua entre os partícipes no intercâmbio eletrônico de informações para a utilização do Sistema Nacional de Informações Criminais – SINIC, visando à prevenção e repressão da criminalidade no Brasil.

TJ/RN: Acordo de Cooperação assinado, tendo como objeto a cooperação técnica entre os partícipes no intercâmbio eletrônico de informações para a utilização do Sistema Nacional de Informações Criminais – SINIC, visando à prevenção e repressão da criminalidade no Brasil.

SECEX/RN: Acordo de Cooperação assinado, com vistas ao desenvolvimento de projetos e ações de interesse comum, voltados para o desenvolvimento e compartilhamento de tecnologias e informações; bem como planejamento e desenvolvimento de ações conjuntas de combate ao desvio de recursos públicos mediante repressão às condutas definidas como crime nos tipos penais correlatos.

AGU: Acordo de Cooperação assinado, tendo como objeto o estabelecimento dos termos de cooperação técnica visando a fixar procedimentos e estabelecer formas de colaboração, entre os partícipes, com o fim de ampliar as ações de articulação, integração e intercâmbio que contribuam para a maior celeridade e eficiência dos processos que envolvam a proteção e a recomposição do Patrimônio da União e a defesa da probidade administrativa.

SESED/RN: Troca de informações de inteligência entre as instituições, visando o combate ao crime organizado no Estado, além dos acordos de cooperação abaixo relacionados:

Acordo de Cooperação assinado, com o objetivo de desenvolver projetos e ações de interesse comum, voltados para o treinamento de recursos humanos, desenvolvimento e compartilhamento de tecnologias e informações, bem como planejamento e desenvolvimento institucional.

Acordo de Cooperação assinado, com vistas à execução de ações integradas destinadas à utilização de cães pertencentes ao acervo da Companhia de Policiamento com Cães do Batalhão de Choque da PM de RN, em operações de prevenção e repressão a ilícitos penais, em especial, ao tráfico de drogas coordenadas pela SR/DPF/RN.

Acordo de Cooperação com vistas ao compartilhamento da infraestrutura da Estação de Radiocomunicação pertencente à SESED/RN, com a finalidade de instalação de Estação de Rádio Base (ERB) pertencente ao DPF.

PRF: Trabalho em conjunto com a SR/RN, em diversas operações desencadeadas pela Superintendência Regional e apoio nos postos de fiscalização para interceptação e prisão de traficantes.

SEJUC/RN: Termo de Cooperação assinado, tendo como objeto o estabelecimento de mútua cooperação entre as partes visando à efetivação dos serviços de recebimento, guarda e custódia de presos do Poder Judiciário Federal e Estadual, sob responsabilidade da Polícia Federal, a ser realizado no Sistema Penitenciário do RN, por intermédio da Secretaria de Justiça e Cidadania.

CEF: Troca de informações entre as instituições, visando o combate aos crimes financeiros, estelionatos, etc., em que a CEF é vítima; Termo de Cooperação assinado, tendo como objeto o desenvolvimento de projetos e ações de interesse comum, voltados para o treinamento de recursos humanos, desenvolvimento e compartilhamento de tecnologias e informações, bem como planejamento e desenvolvimento institucional.

Banco do Brasil: Acordo de Cooperação assinado, tendo como objeto regulamentar a disponibilização, pelo banco à PF, do aplicativo “Repasse de Recursos de Projeto de Governo – RPG”, via autoatendimento do Setor Público – ASSP, em ambiente “WEB”, permitindo à PF acesso aos saldos e extratos da conta específicas destinadas de repasses financeiros da União ao Estado do

RN, seus municípios, e outras entidades públicas localizadas no Estado do RN com quem o Banco possua Acordo específico para abertura massificada de contas.

Marinha do Brasil: Termo de Cooperação assinado, com vista à coordenação e/ou execução de ações integradas, destinadas a prevenção e repressão a ilícitos penais, bem como ao planejamento de ações e desenvolvimento de projetos institucionais e de interesse comum, voltados para as áreas de logística, comunicações, recursos humanos, inteligência, tecnologia da informação, dentre outras.

Exército Brasileiro: Apoio à SR/RN com cessão temporária de material bélico (fuzis); Apoio à SR/RN com logística para transferência dos veículos apreendidos para terreno pertencente SESED/RN, situado na Zona Norte de Natal; Apoio à SR/RN com utilização de maquinários para limpeza do terreno situado em Macaíba, que será utilizado para guarda dos veículos apreendidos.

Aeronáutica: Apoio à SR/RN com logística para transferência dos veículos apreendidos para terreno pertencente SESED/RN, situado na Zona Norte de Natal.

Corpo de Bombeiros: Realização de treinamentos para os servidores da SR/RN, sobre brigada de incêndio e emergência.

UFRN/SIASS: Acordo de Cooperação assinado, tendo como objeto a execução de ações e atividades de prevenção aos agravos, promoção e acompanhamento da saúde dos servidores, perícia oficial e assistência, com vista a garantir a implementação da Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal, estabelecida pelo Decreto nº 6.833/2009.

Infraero: Acordo de Cooperação assinado, com vistas a instalação, utilização e manutenção de equipamentos Raio-X na área de embarque internacional do Aeroporto Internacional Augusto Severo, em apoio às ações e atividades de segurança pública.

CAERN: Acordo de Cooperação assinado, tendo como objeto o compartilhamento de dados cadastrais dos clientes da CAERN com a PF.

2 - INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão do exercício 2012 tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da SR/DPF/RN, de acordo com a Instrução Normativa TCU nº 63/2010, das Decisões Normativas TCU nº 119 e 121/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 133/2013).

O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma sequencial, seguindo os itens relacionados na Portaria TCU 150/2012, os quais foram renumerados de acordo com os tópicos inerentes a UJ. Diante da necessidade de renumeração, a seguir informamos os itens e quadros que não se aplicam a esta Regional.

O item 3.3 da Portaria TCU 150/2012, que trata da remuneração paga a administradores, não se aplica à Polícia Federal, assim os quadros A.3.2, A.3.3 e A.3.4 não foram preenchidos.

Os quadros referentes à programação orçamentária originária das despesas, previstos na Portaria TCU nº 150/2012, são realizados apenas pela Coordenação de Orçamentos e Finanças do DPF e não foram incluídos no presente Relatório. A SR/DPF/RN opera apenas na execução orçamentária de créditos recebidos por movimentação.

Considerando que esta Unidade Jurisdicionária não foi citada explicitamente no PPA como responsável por executar programas de trabalho, as informações sobre Programas do PPA de responsabilidade da UJ (item 4.1 da Portaria do TCU), constarão no Relatório de Gestão do Órgão Central ao qual esta Unidade se vincula, posto que os dados sobre previsão física e financeira inicial dos Programas e Ações, percentagem de execução, comentários gerais e demais informações são preenchidas pelo gerente de cada Programa, conforme informações requeridas no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN). Assim, deixamos de preencher os quadros A.4.1, A.4.2, A.4.3, A.4.4, A.4.5 e A.4.6.

Da mesma forma, deixamos de preencher os quadros A.4.7, A.4.8, A.4.9, A.4.10, A.4.12 e A.4.13, uma vez que esta Regional não é uma unidade orçamentária (UO), nem possui unidades consolidadas ou agregadas, Unidade Gestora (UG) que tenham sido registrados, contabilmente, os créditos atribuídos originariamente da LOA, assim como os créditos adicionais recebidos ou concedidos no exercício.

Esta UJ não possui passivos, para reconhecimento, por insuficiência de créditos ou recursos, assim deixamos de prestar as informações solicitadas no quadro a.5.1.

Convém salientar que a SR/DPF/RN não realiza transferência de recursos mediante convênio, termos de cooperação, contratos de repasse ou outros instrumentos congêneres, posto que tal atribuição é privativa do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal. Neste descortino, também não faz parte deste relatório o Item 5.3 da Portaria TCU 150/2012, deixamos, assim, de preencher os quadros A.5.3, A.5.4, A.5.5, A.5.6 e A.5.7.

Deixamos de preencher, também, o quadro A.5.9 – Despesas realizadas por meio de suprimento de fundos por UG e por suprido (Conta Tipo “B”), vez que não dispomos de suprimentos de fundos de conta tipo “B”.

O item 5.5 da Portaria TCU - Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ – não se aplica a esta Unidade, desta feita deixamos de preencher os quadros A.5.13, A.5.14, A.5.15, A.5.16, A.5.17, A.5.18, A.5.19, A.5.20, A.5.21, A.5.22 e A.5.23.

No mesmo entendimento, deixamos de prestar as informações solicitadas no item 5.6 e nos quadros A.5.24 e A.5.25.

Considerando o disposto no Termo de Classificação de Informação do DPF (Código de Indexação 01/2012-DGP/DPF) e na Instrução Normativa 69, de 14.12.2012, as informações constantes nos quadros A.6.1 e A.6.4 estão resguardadas por sigilo, assim não podem ser incluídos no presente Relatório, ficando, entretanto, à disposição dos órgãos de controle.

O envio de informações alusivas a atos de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão à CGU, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007, bem como o registro no sistema SISAC são realizados pela Coordenação de Recursos Humanos (CRH) da Diretoria de Gestão de Pessoal (DGP) do DPF. Assim, as informações pertinentes aos atos de admissão e concessão de aposentadoria do Departamento de Polícia Federal, inclusive desta Superintendência Regional, constarão no Relatório de Gestão do Órgão Central do DPF. Por conseguinte os quadros A.6.8, A.6.9, A.6.10, A.6.11, A.6.12 e A.6.13, não constam neste relatório.

As informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão não se aplicam ao DPF, assim, o quadro A 6.14, também não consta no presente relatório.

Em relação aos quadros A.6.15 e A.6.16 não houve, no exercício de 2012, autorização para realização de concurso público ou provimento adicional para substituição de funcionários terceirizados no âmbito deste Departamento.

As informações constantes das alíneas: “c” e “g” do item 17: “c) *Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral*” e “g) *Plano de substituição da frota*”, não constam neste Relatório de Gestão por estarem resguardadas por sigilo, conforme o disposto no Termo de Classificação de Informação do DPF (Código de Indexação 01/2012-DLOG/DPF) e Instrução Normativa 69, de 14/12/2012, publicada no BS 242. Entretanto, estarão à disposição dos órgãos de controle.

No ano de 2012 não houve Deliberações do TCU e nem do OCI, desta forma deixamos de preencher os quadros A 10.1, A 10.2, A 10.3 e A 10.4.

Por fim, deixamos, também, de informar, sobre a atuação da Unidade de Auditoria Interna (Item 10.2 da Portaria TCU 150/2012), uma vez que não dispomos desta Unidade na SR/RN.

Por oportuno, merece registro, o disposto no Decreto nº 7.689/12, publicada no DOU – Edição Extra, de 05 de março de 2012, onde foram limitados os gastos com diárias e passagens do Poder Executivo Federal. A Portaria nº 492 do Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União de 20 de março de 2012, fixou os limites a serem observados pela Polícia Federal, no exercício de 2012, para as referidas despesas.

Foram repassados os valores de diárias (policiais e administrativas) e passagens dos meses de janeiro e fevereiro de acordo com o estabelecido na Portaria de Cotas Orçamentárias para 2012. Entretanto, para os meses de março a dezembro as cotas obedeceram aos limites impostos pelo Decreto nº 7689/12 e Portaria MJ nº 492/2012. A rotina das Operações Permanentes não foi alterada, haja vista ter sido constituída reserva para custear os gastos com diárias e passagens dessas atividades.

As principais realizações da gestão, no exercício de 2012, consistiram no combate à criminalidade na sua circunscrição, sendo realizadas operações policiais de combate ao crime organizado, com destaque ao tráfico de drogas e assaltos aos correios.

Cabe ressaltar que o Estado do Rio Grande do Norte ocupa uma área de 52.810,699 km², é composto por 167 (cento e sessenta e sete) municípios, sendo 107 (cento e sete) na

circunscrição da sede desta Regional e 60 (sessenta) na circunscrição da DPF/MOS/RN, conforme Portaria nº 2099/2011-DG/DPF.

Foram priorizadas na SR/DPF/RN, em 2012, ações de combate ao crime organizado, ao tráfico de entorpecentes e assalto às agências dos Correios. As principais dificuldades para realização dos objetivos desta Unidade Jurisdicionada recaíram, em geral, nas limitações de recursos humanos. Corroborando com esse quadro, por um período aproximado de 70 dias, houve um movimento paredista dos Agentes, Escrivães e Papiloscopista, que ocasionou atrasos e paralisações nas investigações. Findo o movimento grevista, houve a retomada dos trabalhos, priorizando ações de combate aos crimes eleitorais, considerando as eleições municipais que foram realizadas no mês de outubro p.p.

Os planos e projetos para o exercício de 2013 têm como prioridade a recomposição do quadro de pessoal, o fortalecimento da Unidade de Controle Interno e a maximização dos recursos utilizados no combate a criminalidade, visando à melhoria da efetividade da Polícia Federal como executora de políticas públicas.

Outra prioridade estabelecida pela Administração local é um reforço no efetivo que atua junto ao Aeroporto Internacional Augusto Severo, em Parnamirim, considerando grande fluxo de turistas e estrangeiros que utilizam tal via de transporte, aliado ao fato de tal ponto ter sido definido como prioridade pelos Órgãos Centrais.

Outro aspecto de grande preocupação é o aprimoramento do controle e fiscalização dos contratos envolvendo terceirizados, especialmente nos aspectos trabalhistas, considerando aspectos abordados recentemente pela Procuradoria Regional do Trabalho deste Estado, no tocante a responsabilização solidária do ente público quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas em relação aos prestadores de serviço.

Finalmente, em se tratando de enfrentamento ao crime organizado, a estratégia de atuação desta Superintendência priorizará as seguintes áreas:

- combate à segurança privada clandestina;
- controle de produtos e insumos químicos;
- fiscalização de estrangeiros;
- tráfico de entorpecentes;
- crimes financeiros;
- desvios de dinheiro público;
- crimes ambientais;
- crimes cibernéticos.

Além disso, haverá ampliação das ações voltadas à preparação para a Copa do Mundo de 2014, haja vista o Município de Natal ser cidade-sede, as quais serão coordenadas por Delegados de Polícia Federal, designados como Presidente da Comissão Estadual de Segurança Pública e Defesa Civil para Grandes Eventos no Estado, órgão vinculado à Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos do Ministério da Justiça.

3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

3.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

A Superintendência Regional do DPF no RN atua cumprindo suas atribuições legais, seguindo as diretrizes da Unidade Central, Diretorias e Coordenações, em conformidade com o planejamento Estratégico da Polícia Federal para o período 2010-2022. Em conjunto com outras unidades policiais do DPF e demais forças, órgãos de governo das três esferas, esta Regional busca ações coordenadas. A Delegacia Descentralizada em Mossoró opera em consonância com a Superintendência em Natal no que diz respeito aos meios e assuntos de interesse das operações desencadeadas e que ultrapassam a circunscrição dessa Delegacia. Da mesma forma, a SR/DPF/RN opera com as Unidades Centrais e outras Superintendências do DPF.

Por sua localização estratégica e proximidade com a Europa, África e América Central e do Norte, criminosos tentam utilizar o estado como rota para diversos crimes. Portanto, seguindo as diretrizes da Direção-Geral para o exercício de 2012, as ações previstas na Lei Orçamentária Anual, bem como a missão e a visão de futuro da instituição, a Superintendência Regional do DPF no Rio Grande do Norte atuou fortemente no combate à criminalidade na sua circunscrição, tendo realizado operações policiais de combate ao crime organizado, em especial ao tráfico de drogas e assaltos aos Correios. Registre-se que algumas destas operações foram deflagradas de maneira pontual e específica, sem, contudo, o emprego da publicitação institucional comumente empregada nas atividades operacionais e de inteligência do DPF. Ademais, em alguns destes trabalhos, visando evitar a deflagração imediata da operação, o que poderia causar prejuízos ao andamento dos trabalhos, ocorreu o repasse de informações a outras congêneres onde parte da organização criminosa também atuava, com realização de flagrantes pontuais naqueles Estados, tudo para esperar o melhor momento de atuação.

3.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

Com efeito, a Polícia Federal tem como principal produto de suas ações a instauração do inquérito policial. Este vale tanto para as ações proativas (operações policiais), quanto para as ações reativas (inquéritos instaurados por portaria). A par disso, e considerando as peculiaridades do Estado do Rio Grande do Norte, esta Superintendência Regional concentrou seus esforços no combate aos crimes de maior incidência no âmbito de sua circunscrição, quais sejam: o tráfico de drogas, crimes financeiros, sonegação fiscal, fraudes contra a previdência social, corrupção, assaltos a agências dos Correios e desvio de recursos federais.

Em situações pontuais, no caso das grandes operações, devido à escassez de recursos humanos, é necessário o recrutamento de policiais de outras unidades da Federação para compor equipes de investigação, com a finalidade de colher informações e provas contra os investigados, assim como, para compor as equipes responsáveis pela deflagração das operações.

Em detrimento aos Acordos de Cooperação celebrados com as instituições parceiras, a Polícia Federal no RN disponibilizou os serviços de perícia e/ou inteligência policial ao Poder Judiciário, à Secretaria de Segurança Pública do RN e as Forças Armadas, no intuito de cooperar com as investigações de competências dessas instituições.

3.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações

Em 2012, na Superintendência Regional foram instaurados 920 (novecentos e vinte) Inquéritos Policiais e relatados 682 (seiscentos e oitenta e dois). Na Delegacia de Mossoró foram instaurados 711 (setecentos e onze) IPLs e 346 (trezentos e quarenta e seis) foram relatados. Dos

inquéritos instaurados no ano de 2012 na Superintendência Regional, 44 (quarenta e quatro) ocorreram por meio de Autos de Prisão em Flagrante e 12 (doze) na DPF/MOS/RN, os quais foram encaminhados por Policiais Federais e também por integrantes de outros órgãos de segurança. Das delegacias essencialmente operacionais vinculadas a DRCOR, destaca-se o trabalho da DRE, que resultou em 23 (vinte e três) presos e apreensão recorde de drogas ilegais: 103kg (cento e três quilos) de *crack* e 1.891 kg (mil oitocentos e noventa e um quilos) de maconha, 32kg (trinta e dois quilos) de Cocaína e 32kg (trinta e dois quilos) de pasta base. Com mais de 2 Ton (duas toneladas) de drogas ilícitas apreendidas em 2012.

Paralelamente, diversas realizações foram levadas a efeito durante o ano de 2012, com destaque para:

- Realização de acordo com a Justiça Federal do RN e o Ministério Público do Trabalho do RN, visando destinação de verba para modernização da Superintendência Regional, por meio de Termos de Ajustamento de Conduta – TAC.
- Conclusão da sala de contenção no andar térreo da SR, com o apoio do Ministério Público do Trabalho, através de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC.
- Doação por parte do DNIT, através da SPU/RN, de um terreno situado no Município de Macaíba/RN, para guarda dos veículos apreendidos por esta Superintendência Regional.
- Conclusão do projeto para construção do estande de tiro da SR/RN, por meio de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, do MPT/RN.
- Manutenção e acompanhamento permanente do SELOG em relação aos 38 (trinta e oito) contratos permanente e continuados mantidos com empresas dos mais diversos ramos, tais como: telefonia, combustível, prestadores de serviço, manutenção predial, manutenção de viaturas, aquisição de passagens aéreas, fornecimento de água/luz, refrigeração, etc.
- Instalação de sinalização visual para a SR/DPF/RN e DPF/MOS/RN, incluindo identificação de portas, totens, etc.
- Instalação de 20 (vinte) microcâmeras digitais na SR/DPF/RN, aumentando a segurança da Superintendência.
- Instalação de Central Telefônica na DPF/MOS/RN, permitindo acesso direto aos ramais daquela delegacia, bem como ligações de quaisquer telefones lá instalados via VOIP, o que proporcionou maior economia com a conta telefônica.
- Implantação do sistema de controle de acesso, denominado Access Control, que objetiva consolidar mais um dispositivo relacionado à segurança das instalações, em especial, no que se refere ao ingresso e trânsito de pessoas e de usuários dos serviços prestados pela Polícia Federal.
- Implantação do módulo do e-Log de cautelas eletrônicas, que visa o controle dos bens na SR/DPF/RN (armas, coletes, computadores, etc).
- Aquisição de 10 (dez) Ultrabooks de última geração para desenvolvimento do Sistema e-Log.
- Aquisição de embalagens de segurança, visando dar plenas condições de funcionamento ao sistema de cadeia de custódia.

- Instalação de aparelhos de ar condicionado tipo split, para a DRE/SR/RN, melhorando as condições de trabalho daquele setor durante os horários fora de expediente.
- Recebimento de kits táticos de arrombamento e diversos equipamentos tipo acessório tático-operacional para o GPI/SR/RN.
- Criação do Grupo Especializado de Bombas e Explosivos da SR/DPF/RN e realização de treinamentos específicos.
- Realização de cursos e treinamentos para os Servidores desta Superintendência.
- Realização do "Circuito Saúde", por parte da GEAP, com o apoio do Serviço Social. Onde foram oferecidas massoterapia, quiropraxia, orientações sobre alimentação saudável, informações sobre, HPV, TPM, métodos de proteção, orientações sobre combate e prevenção do câncer de mama, próstata, impotência sexual, AIDS, HPV, aferição da pressão arterial, exame de glicemia, orientação de higiene bucal
- Capacitação periódica dos policiais em relação ao manuseio e uso de armas de fogo, através do S.A.T.
- Com relação a programas de sustentabilidade ambiental, pelo quinto ano consecutivo, a Polícia Federal no Rio Grande do Norte realiza o plantio de mudas de árvores para a compensação exclusiva de gases de efeito estufa, gerados em todas as atividades desenvolvidas pela Unidade.
- Realização do leilão de 18 (dezoito) automóveis e motos inservíveis pertencentes a SR/DPF/RN, com a coordenação da SENAD/MJ – Secretaria Nacional de Política sobre Drogas;
- Abertura de processo para desfazimento bens inservíveis, irrecuperáveis e ociosos, incluindo veículos.
- Celebrado Acordo de Cooperação Técnica entre o Departamento de Polícia Federal, através do Diretor-Geral e a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do RN – SESED/RN, objetivando a cooperação técnica e operacional entre os partícipes, com vistas ao desenvolvimento de projetos e ações de interesse comum, voltados para o treinamento de recursos humanos, desenvolvimento e compartilhamento de tecnologias e informações, bem como planejamento e desenvolvimento institucional.
- Celebrado Acordo de Cooperação Técnica e Operacional entre a SR/DPF/RN e a SESED/RN, com vistas à execução de ações integradas destinadas à utilização de cães pertencentes ao acervo da Companhia de Policiamento com Cães do Batalhão de Choque da Polícia Militar do Rio Grande do Norte – CPCães em operações de prevenção e repressão a ilícitos penais, em especial ao tráfico de drogas, coordenadas pela SR/DPF/RN.
- Celebrado Acordo de Cooperação referente ao programa RN Vida que é coordenado pelo Governo do Estado, em parceria com Assembleia Legislativa do RN, Ministério Público Estadual, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Tribunal de Justiça do Estado do RN, Polícia Rodoviária Federal e o Departamento da Polícia Federal no RN, que visa criar uma rede articulada para enfrentar o uso e o tráfico de drogas no estado. Apoiado em quatro pilares de atuação - prevenção, tratamento, reinserção social do usuário e repressão ao tráfico.

- Celebrado Acordo de Cooperação Técnica e Operacional entre a SR/DPF/RN e a CJU/RN - Consultoria Jurídica objetivando pactuação de compromissos para a implantação, consolidação e execução compartilhada do Projeto de Contratação Eficiente.
- Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de TI, totalmente de acordo com a Instrução Normativa 04/2010 - SLTI/MP.
- O SETEC finalizou o ano com aproximadamente 689 (seiscentos e oitenta e nove) laudos concluídos.
- Em 2012 a Polícia Federal no RN apreendeu quantidade recorde de drogas, mais de 2 toneladas.
- Na Campanha do Desarmamento, foram devolvidas pela sociedade 156 (cento e cinquenta e seis) armas.
- Foram lavrados, 44 (quarenta e quatro) Autos de Prisão em Flagrante, encaminhados por Policiais Federais e também por integrantes de outros Órgãos de Segurança. Somando-se o total de presos em flagrante chega-se ao número de 91 (noventa e um) autuados.
- As Delegacias essencialmente operacionais, vinculadas a DRCOR, deflagraram várias operações policiais e também diligências e prisões pontuais. O resultado é de: 15 (quinze) presos pela DELEPAT e 24 (vinte e quatro) traficantes pela DRE, com apreensão de mais de 2 (duas) toneladas de drogas ilícita. Já o número de veículos apreendidos foi de 15 (quinze) e o de armas 12 (doze).
- Incineração de 1,1 toneladas de substâncias entorpecentes (maconha, crack, cocaína, haxixe e êxtase) que haviam sido apreendidas nos anos de 2010 a 2012, neste estado.

De todo oportuno, no ano de 2012, deu-se continuidade ao processo de implantação dos sistemas informatizados denominados no DPF como GESTÃO NET, subdivididos na área de logística (e-LOG) e de recursos humanos (e-GP). Este trabalho é fruto de Acordo de Cooperação firmado pela Polícia Federal com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que prevê, além do desenvolvimento do sistema em si, a transferência da tecnologia, para que, após o término do prazo previsto, o DPF assumira a gestão, com seus próprios meios. Convém ressaltar que este Acordo, cuja iniciativa de formalização partiu desta Regional, atualmente conta com a participação de outros órgãos da Administração Federal Direta: MJ, DPRF, MinC, ABIN, FNDE e CGU.

Depois de implantado, o sistema permitirá a eliminação do trâmite de papel impresso, trazendo muitas vantagens para a Unidade, tais como: otimização da gestão administrativa, com acompanhamento instantâneo dos atos e fatos que influenciam a execução orçamentária, financeira e patrimonial; economia de recursos, devido à significativa redução de documentos impressos; agilização dos trâmites burocráticos, pois todo o sistema roda no ambiente da intranet da Polícia Federal.

Por fim, as tabelas abaixo quantificam todas as prisões e apreensões e operações realizadas pela SR/DPF/RN no ano de 2012.

Quadro 3.3.1 – Prisões e apreensões realizadas pela SR/DPF/RN no ano de 2012.

ITENS	TOTAIS GERAIS
Presos	91
Veículos apreendidos	15
Moeda nacional R\$	140.178,00
Celulares (un)	56
Pasta Base (kg)	32,20
Cocaína (kg)	32,40
Crack (kg)	103,80
Maconha (kg)	1.891,50
Armas (un)	12

Quadro 3.3.2 – Operações policiais do DPF no estado do RN no ano de 2012

	OPERAÇÃO	DELEGACIA RESPONSÁVEL	OBJETIVO
1.	Juruá	DRE	Investigar quadrilha de traficantes de entorpecentes que transportava cocaína da região Norte para a região metropolitana de Natal e municípios do interior.
2.	Canavial	DRE	Investigar organização criminosa voltada ao tráfico interestadual de drogas (maconha e crack, principalmente), liderada por integrante do PCC, cujo transporte normalmente era feito através de veículos vindos do Estado de Mato Grosso do Sul.
3.	Carta Marcada	DELEPAT	Identificar autores de roubo aos Correios (Agência de Cidade Satélite)
4.	Serrote	DELEPAT	Desarticular grupo que vinha atuando no médio e alto oeste potiguar, principalmente nas cidades de Janduis, Caraúbas e Campo Grande, suspeito do cometimento de vários crimes de homicídios, tráfico de armas, munições e drogas, além de quadrilha armada.
5.	Professus	DELEPAT	Apurar roubo em desfavor da Professora da UFRN ficou em poder de 4 elementos não identificados no estacionamento do Setor I .
6.	Lagoa Nova	DELEPAT	Apurar roubo em desfavor de um APF. Foram subtraídos da vítima, uma pistola do acervo da Polícia Federal com o respectivo registro, carteira de identidade funcional e uma camisa operacional da Polícia Federal.
7.	Expurgo	NIP	Prisão em um Shopping de Natal, de um funcionário terceirizado da própria PF, lotado na área de imigração do Aeroporto Internacional Augusto Severo, em Parnamirim, no momento em que este recebia propina em dinheiro de um cidadão norueguês, sob o pretexto de que o estrangeiro havia ingressado no país em desacordo com a lei brasileira.
8.	False Decision	DELEFIN	Apurar suposto crime contra o sistema financeiro nacional resultante na manutenção de recursos no exterior, sem o conhecimento das autoridades legais. A medida cautelar foi realizada em residências, na sede e no escritório de uma empresa prestadora de serviços de turismo.
9.	Pichadores Virtuais	GRCC	Apurar a invasão de sites oficiais, com apoio da 3ª Vara da Infância e Juventude de Natal/RN e do Ministério Público Estadual.
10.	Orquídea	DPF/MOS	Repressão ao tráfico de entorpecentes na cidade de Mossoró e região.
11.	Vulcano	DPF/MOS	Coibir os crimes contra ordem econômica notadamente a cartelização na venda de combustíveis na cidade de Mossoró/RN.
12.	Arawan	DPF/MOS	Identificar possível planejamento de atentado contra a vida da Magistrada da Vara Criminal de Mossoró.

Registre-se que outras operações foram realizadas, entretanto não foram especificadas por nome ou não podem ser divulgadas por ainda estarem em andamento.

Visando melhor detalhamento, a seguir apresentaremos as atividades desenvolvidas pelas Delegacias e Setores desta Regional.

a) NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA POLICIAL – NIP/SR/DPF/RN

O ano de 2012 foi um ano atípico para o Departamento de Polícia Federal em razão da greve deflagrada pelos Agentes, Escrivães e Papiloscopistas Policiais Federais, que perdurou por mais de dois meses. O movimento paredista, por certo, teve influência direta no desempenho de todas as Delegacias, Núcleos e demais setores desta Superintendência Regional, não sendo diferente com o Núcleo de Inteligência Policial, cujas atividades permaneceram praticamente paralisadas durante aquele período. Além disso, mudanças de lotação também tiveram algum reflexo na produtividade, haja vista a solução de continuidade gerada.

Apesar disso, alguns índices tiveram um sensível crescimento, como no caso dos “Documentos Providenciados e Arquivados”, que aumentou de 568, em 2011, para 943, em 2012. Tal crescimento, em parte, pode ser atribuído à investigação social realizada por este Núcleo no ano passado, referente ao concurso para APF e PPF, tendo sido realizadas diversas diligências pelos policiais aqui lotados para certificação da idoneidade dos cerca de 20 (vinte) candidatos aprovados que nasceram, residiram, estudaram ou trabalharam neste Estado.

Por outro lado, houve uma sensível redução dos “Documentos em Processamento”, sendo este um indicativo do encaminhamento definitivo de soluções aos expedientes submetidos ao NIP.

Foram verificados aumentos, ainda, na “Reativação de Senhas Junto ao SERPRO” e também na quantidade de “Operações Policiais no CRIS”.

Por fim, constatou-se um grande decréscimo, superior a 40%, na quantidade de documentos lançados no SISDOC-I. Muito embora se vislumbre a possibilidade de influência dos fatores acima já elencados, esta redução seguiu uma tendência que se delineava em anos anteriores, visto que entre 2010 e 2011 já houvera uma diminuição maior ainda, de mais de 50% (257 documentos incluídos em 2010 contra 118 em 2011).

Em conclusão, pode-se afirmar que, apesar dos percalços vividos no ano de 2012, especialmente em razão da greve, os índices estatísticos obtidos por este Núcleo foram bastante satisfatórios, merecendo uma atenção maior neste ano de 2013 a questão da inclusão de documentos no SISDOC-I, a fim de se identificar as causas de sua redução sistemática.

Quadro 3.3.3 – Atividades do NIP/SR/DPF/RN no ano de 2012

ATIVIDADES DO NIP/SR/DPF/RN	2012
Documentos providenciados e arquivados*	943
Documentos para despacho	43
Documentos em processamento	71
Reativação de senhas junto ao SERPRO	155
Suprimentos de fundos de caráter sigiloso – VS	5
Documentos inseridos no SISDOC-I	69
Operações policiais no Centro Regional de Inteligência de Sinais	23
Ativação e reativação de senhas no INFOSEG	09

*processos (391), Elaboração de Ofícios (72), Memorandos (137), Relatórios de Inteligência Policial (34), Pedidos de Inteligência Policial (44), Informações (137), resenhas (128).

b) CORREGEDORIA REGIONAL DE POLÍCIA – COR/SR/DPF/RN

Convém observar que, no tocante ao atingimento da meta de 120% (cento e vinte por cento) de produtividade estipulada pela Direção Geral do DPF com base na relação de inquéritos relatados/instaurados, a título comparativo, verifica-se que no ano de 2011 esta SR/DPF/RN atingiu o índice de **107%** (cento e sete por cento), ao passo que no ano de 2012 o índice recuou para **74%**, (setenta e quatro por cento), decorrente do expressivo aumento do número de inquéritos policiais instaurados, de 749 (setecentos e quarenta e nove) em 2011 para 920 (novecentos e vinte) em 2012, principalmente por se tratar de um ano eleitoral em que há forte demanda preventiva e repressiva à prática, em tese, de infrações penais de natureza eleitoral. Em contrapartida, ocorreu considerável diminuição do número de Autoridades Policiais que conduzem investigações que passou de 24 (vinte e quatro) para apenas 15 (quinze) Delegados de Polícia Federal apenas de um ano pra outro. Portanto, levando-se em consideração a diminuição do efetivo, é digno de registro que a produtividade média percapita de conclusão das investigações subiu de 33 (trinta e três) para 45 (quarenta e cinco) inquéritos policiais por Autoridade Policial, o que demonstra um incremento da produtividade, embora os números absolutos não reflitam este quadro. É digno de registro, ainda, que a deflagração de movimento grevista que perdurou quase 70 dias, no período compreendido de 07 de agosto a 15 de outubro de 2012 refletiu diretamente no andamento, evolução e conclusão das investigações policiais no ano passado.

A despeito de a Corregedoria Regional contar com pequeno efetivo para o exercício de todas as atribuições definidas na IN 13/2005-DG/DPF, a unidade tem mantido regular registro e acompanhamento dos procedimentos disciplinares e sindicâncias e demais procedimentos de índole disciplinares instaurados e em andamento na regional, através dos sistemas de gestão e controles denominados SAD/COGER e CGU/PAD, sendo este último em consonância com os preceitos da Portaria 1043/2007-CGU. Todavia, houve certo atraso no cadastro e atualização do andamento de procedimentos de natureza disciplinar no segundo semestre de 2012 em virtude de vários fatores contingenciais, como a deflagração da greve dos policiais federais, o afastamento temporário de servidores, por motivos de saúde ou designação para missão policial em outra unidade da federação, além da remoção do próprio Corregedor Regional e respectivo atraso no trâmite do procedimento administrativo que culminou com a substituição desta chefia. Com efeito, é possível afirmar que atualmente os procedimentos de natureza disciplinar encontram-se regularmente cadastrados, segundo se depreende da tabela em anexo.

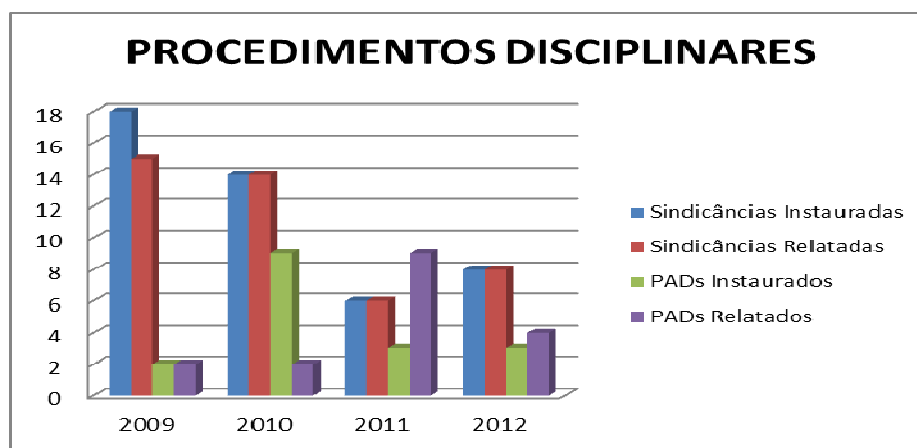
Quadro 3.3.4 – Atividades da COR/SR/DPF/RN no ano de 2012

TIPO	QUANTIDADES
Notícias Crimes	884
Precatórias Autuadas	184
Precatórias Cumpridas	169
Sindicâncias Instauradas	09
Sindicâncias Relatadas	05
PADs Instaurados	03
PADs Relatados	04

Quadro 3.3.5 – Histórico de instrução de procedimentos disciplinares

INSTRUÇÃO DE PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES	QUANTIDADE			
	2009	2010	2011	2012
Sindicâncias Instauradas	18	14	06	08
Sindicâncias Relatadas	15	14	06	08
PADs Instaurados	02	09	03	03
PADs Relatados	02	02	09	04

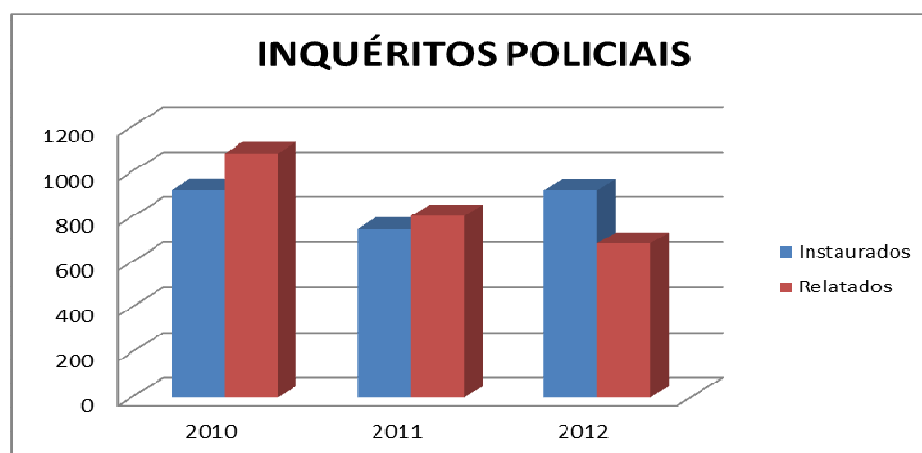
Quadro 3.3.6 - Gráfico do histórico de instrução de procedimentos disciplinares



Quadro 3.3.7 – Histórico de instrução de inquéritos policiais

INSTRUÇÃO DE IPLs	2010	2011	2012
Inquéritos Policiais Instaurados	921	749	920
Inquéritos Policiais relatados	1082	805	682

Quadro 3.3.8 – Gráfico do histórico de instrução de inquéritos policiais



c) SETOR TÉCNICO CIENTÍFICO – SETEC/SR/DPF/RN

Dentre os indicadores de produção de polícia judiciária, um dos mais importantes é o número de laudos elaborados - o mais representativo da atividade precípua do segmento Técnico-Científico. Nesse contexto, convém detalhar a produção de laudos do Setor Técnico-Científico (SETEC), conforme Quadro abaixo:

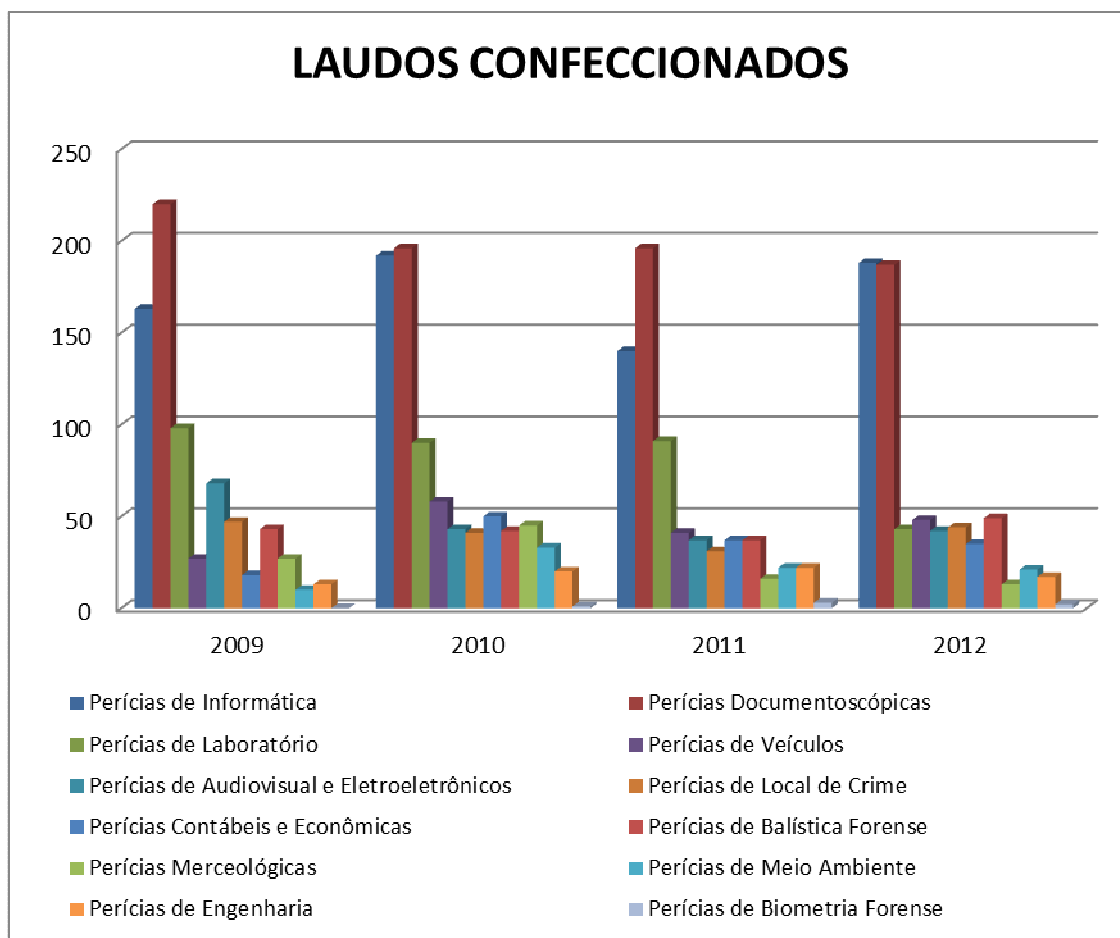
Quadro 3.3.9 – Laudos emitidos pelo SETEC/SR/DPF/RN no ano de 2012

ÁREA DE EXAME	TOTAL
Perícias de Informática	188
Perícias Documentoscópicas	187
Perícias de Química Forense	43
Perícias de Veículos	48
Perícias de Reg. de Áudio Imagens e Eletroeletrônicos	42
Perícias de Local de Crime	44
Perícias Contábeis e Financeiras	35
Perícias de Balística e Caracterização Física de Materiais	49
Perícias Merceológicas	13
Perícias de Meio Ambiente	21
Perícias de Engenharia	17
Perícias de Biometria Forense	02
TOTAL GERAL	689

Quadro 3.3.10 – Histórico das atividades de perícia

TIPO DE PERÍCIA	QUANTIDADE			
	2009	2010	2011	2012
Perícias de Informática	163	192	140	188
Perícias Documentoscópicas	220	196	196	187
Perícias de Laboratório (Química Forense)	98	90	91	43
Perícias de Veículos	27	58	41	48
Perícias de Audiovisuais e Eletroeletrônicos	68	43	37	42
Perícias de Local de Crime	47	41	31	44
Perícias Contábeis e Financeiras	18	50	37	35
Perícias de Balística Forense	43	42	37	49
Perícias Merceológicas	27	45	16	13
Perícias de Meio Ambiente	10	33	22	21
Perícias de Engenharia	13	20	22	17
Perícias de Biometria Forense	00	01	3	02
TOTAL	734	811	673	689

Quadro 3.3.11 – Gráfico do histórico das atividades de perícia



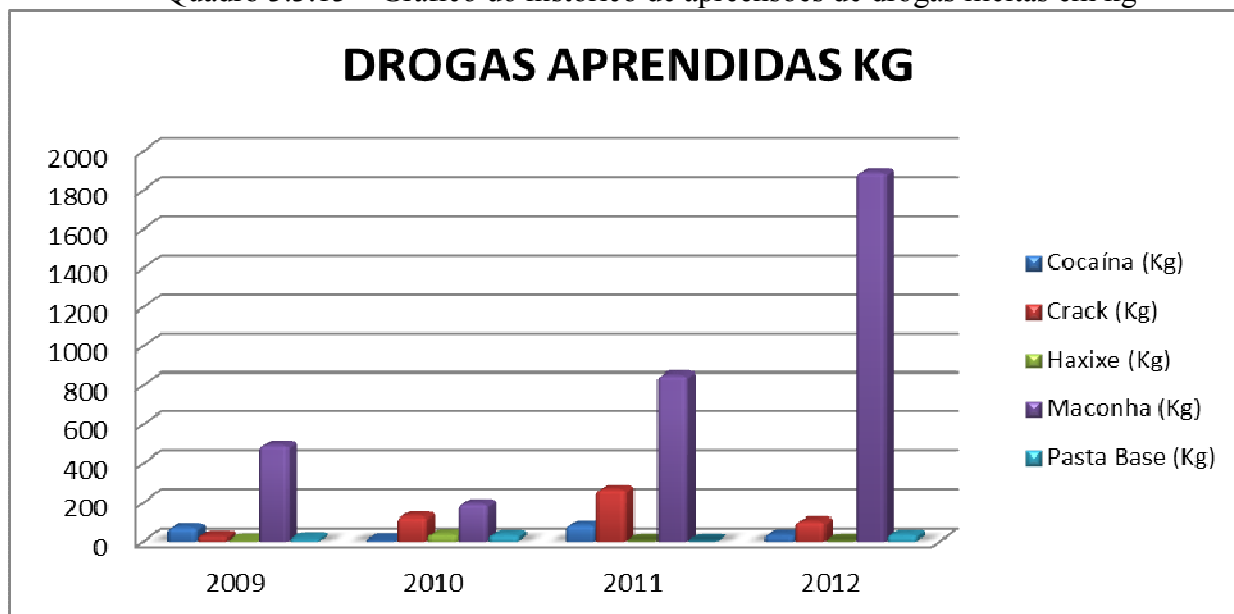
d) DELEGACIA DE REPRESSÃO A ENTORPECENTES – DRE/DRCOR/SR/DPF/RN

Como se pode observar nos índices constantes nos quadros abaixo, houve uma queda na apreensão de cocaína e crack, no entanto, a apreensão de maconha destacou-se, atingindo quase duas toneladas da substância somente no ano de 2012, sendo considerada a maior apreensão realizada pela Superintendência.

Quadro 3.3.12 – Histórico de apreensões de drogas ilícitas em kg

ENTORPECENTES	QUANTIDADE			
	2009	2010	2011	2012
Cocaína (kg)	72,29	7,84	84,76	32,40
Crack (kg)	26,365	129,84	265,30	103,80
Haxixe (kg)	3,96	34,39	0	0
Maconha (kg)	493,48	195,13	851,73	1891,50
Pasta Base (kg)	14,223	30,70	0	32,20

Quadro 3.3.13 – Gráfico do histórico de apreensões de drogas ilícitas em kg



Quadro 3.3.14 - Atividades de Polícia Judiciária da DRE no ano de 2012

TIPO	QUANTIDADE
IPLs instaurados Portaria	07
IPLs Flagrante	10
IPLs relatados	16
TCO's instaurados	02
TCO's relatados	02
REs instaurados	00
REs relatados	00

e) DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIMES FAZENDÁRIOS – DELEFAZ/DRCOR/SR/DPF/RN.

No ano de 2012 a DELEFAZ desempenhou diversas atividades de apoio às Delegacias desta SR/DPF/RN, tais como: DRE, DREX, DELESP, DELEPAT e DELINST;

Finalizou a análise da documentação referente à “OPERAÇÃO HEFESTO”, desencadeada no final do ano de 2011;

Cumpriu diversas diligências visando instruir inquéritos em curso nesta especializada, mediante a expedição de aproximadamente 60 OMP's;

Prestou apoio à DPF/MOS/RN, durante e após o desencadeamento da operação policial denominada “VULCANO”;

No segundo semestre/2012, o Movimento de Greve que durou aproximadamente 70 (setenta) dias e prejudicou, sobremaneira, o desenvolvimento das atividades policiais de toda a SR/DPF/RN.

Quadro 3.3.15 – Atividades de Polícia Judiciária da DELEFAZ no ano de 2012

TIPO	QUANTIDADE
IPLs instaurados	314
IPLs Flagrante	13
IPLs relatados	312
TCO's instaurados	10
TCO's relatados	06
REs instaurados	05
REs relatados	01

Quadro 3.3.16 - Inquéritos instaurados por tipificação no ano de 2012

TIPO	QUANTIDADE
Contrabando ou descaminho (CP, art. 334)	08
Estelionato (CP, art. 171)	122
Moeda Falsa (CP, art. 289)	08
Ordem Tributária (Lei 8.137/90)	14
Roubo (CP, art. 157)	03
Sistema Financeiro Nacional (L. 7492/86)	02
Furto (CP, art. 155)	20
Corrupção Ativa (art. 333)	05
Injúria (CP, Art. 140)	02
Falsidade Ideológica (CP, *art. 299)	16
Uso de Documento Falso (CP, art. 304)	13
Serviços de Telecomunicações (L.9472/97)	20
Peculato (CP, art. 312)	07
Falsificação de documento público (CP, art. 297)	12
Telecomunicações (L.4177/62) 4.117/62	01
Falso Testemunho (CP, art. 342)	07
Decreto-Lei 201/67 (responsabilidade de Prefeitos e Vereadores)	22
Lei 8.666/93 – (Licitação e contratos Adm. Pública)	16
Lei 9.613/98 (Lavagem de dinheiro)	03
Outros	26
Total	327

f) DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO HISTÓRICO – DELEMAPH/DRCOR/SR/DPF/RN

As atividades desempenhadas pela DELEMAPH no ano de 2012 foram pautadas nas investigações de delitos ambientais, principalmente no que tange ao crescente número de apuratórios em curso, o que demandou maior atenção em obter elementos que permitissem de forma

mais célere concluí-los. Também foi dada execução ao Projeto Carbono Neutro, cujo plantio teve início em 27/12/2012.

O combate aos crimes contra o meio-ambiente e patrimônio histórico, competência da DELEMAPH, pode ser resumido no Quadro a seguir:

Quadro 3.3.17 – Atividades de Polícia Judiciária da DELEMAPH no ano de 2012

TIPO	QUANTIDADE
IPLs Inst. portaria	93
IPLS Inst. flagrante	02
IPLs relatados	53
RE's instaurados	01
RE's relatados	00
TCO's instaurados	01
TCO's relato	01
Intimações Expedidas	389
Oitivas Realizadas	279
Projeto Carbono Neutro	765 mudas

Quadro 3.3.18 - Inquéritos instaurados por tipificação na DELEMAPH no ano de 2012

TIPIFICAÇÃO	QUANTIDADE
Lei 9605/98	86
CPB	20
Lei 8176/91	14
Lei 4947/66	01
Outros	10
Total	123

Obs: O quantitativo maior dos IPLs por tipificação, em comparação aos instaurados, se deve em razão da ocorrência de mais de uma incidência penal num mesmo IPL.

g) DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES PREVIDENCIÁRIOS – DELEPREV/DRCOR/SR/DPF/RN

Retroagindo a análise no que tange a quantidade de inquéritos policiais desde o final de 2008, encaminhada no relatório anterior, verificamos que havia 66 inquéritos de natureza previdenciária na SR/DPF/RN, saltando para 115 no final de 2009 e alcançando 200 inquéritos em andamento em 2010. Em 31 de dezembro de 2011, existiam 175 inquéritos abertos, ou seja, entre 2008 e 2011 triplicou-se a carga de trabalho, não obstante a manutenção de dois delegados lotados na delegacia. Tais procedimentos demandaram a oitiva de muitas pessoas, expedindo-se 574

intimações, o que saturou a pauta cartorária desta especializada. A alta demanda dificulta a finalização dos trabalhos pendentes, haja vista a dificuldade para se despachar nos autos.

Atualizando, constatamos que o número de inquéritos previdenciários evoluiu ao final de 2012 para 229 feitos e, como foram relatados 60 procedimentos, restou em andamento 169 procedimentos. Desta forma, com o implemento de mais diligências, audiências e enfrentamento às dificuldades, os procedimentos em andamento se manteve um pouco abaixo do ano de 2011.

No que tange às tipificações dos inquéritos instaurados, manteve-se a prevalência do crime de estelionato qualificado (art. 171, parágrafo 3º), 46 inquérito, no total, o que vem se repetindo ao longo dos anos. Inseridos neste tipo penal, por vezes, são encontrados o uso de documentos públicos ideológica ou materialmente falsos e outros tipos executados como meio para perpetração do estelionato.

Quadro 3.3.19 - Atividades de Polícia Judiciária da DELEPREV no ano de 2012

TIPO	QUANTIDADE
IPLs instaurados	54
IPLs Flagrante	02
IPLs relatados	60
TCO's instaurados	02
TCO's relatados	02
REs instaurados	00
REs relatados	00

Quadro 3.3.20 - Inquéritos instaurados por tipificação na DELEPREV no ano de 2012

TIPIFICAÇÃO	QUANTIDADE
171, § 3º, do CPB	46
168-A do CPB	04
337-A do CPB	03
Art. 297 CPB	03
Total	56

h) DELEGACIA DE DEFESA INSTITUCIONAL – DELINST/DRCOR/SR/DPF/RN

Atividades da DELINST/SR/DPF/RN, em 2012: basicamente a instrução de procedimentos eleitorais das eleições de 2010 e 2008. Nenhum inquérito policial foi instaurado relativo a conflitos agrários, ou distúrbios civis, nem relativos à violação de direitos humanos. Por outro lado, foram instaurados dez inquéritos relativos ao crime de pedofilia via Internet, do artigo 241 da Lei 8.069/90, referentes a expedientes envolvendo a rede social “Orkut” e Facebook noticiados pela empresa Google ao Ministério Público Federal em São Paulo/SP, seguindo o protocolo de termo de ajustamento de conduta.

A maior dificuldade de instrução desses apuratórios permanece idêntica aos anos anteriores: a localização, intimação e oitiva dos envolvidos. Pois em se tratando de crimes de mera

conduta, a prova é basicamente testemunhal, que resultou em aproximadamente 400 intimações, número estimado com base no SISCART/DPF.

Continuamos a manter a tática da substituição dos depoimentos formais, quando possível, com a realização de entrevistas por APF's designados, tendo em vista que boa parte dos casos refere-se a pessoas moradoras do interior do Estado, o que torna moroso o método tradicional de colheita da prova pela oitiva direta dos envolvidos.

2012 foi um ano eleitoral, 301 inquéritos policiais foram instaurados em função das eleições de 2012.

Foi alcançada a meta de 2011, de relatar o máximo de apuratórios antigos, especialmente, aqueles instaurados até 2008 e fixamos para 2013 a meta de relatar, pelo menos, 50% dos inquéritos em andamento, especialmente os anteriores a 2010.

Quadro 3.3.21 - Atividades de Polícia Judiciária da DELINST no ano de 2012

TIPO	QUANTIDADE
IPLs instaurados	293
IPLs Flagrante	08
IPLs relatados	188
TCO's instaurados	01
TCO's relatados	01
REs instaurados	00
REs relatados	00

Quadro 3.3.22 - Inquéritos instaurados por tipificação na DELINST no ano de 2012

TIPIFICAÇÃO	QUANTIDADE
4.737-65	252
8.069-90	10
9.504-97	01
Outros	38
Total	293

i) DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES FINANCEIROS – DELEFIN/DRCOR/SR/DPF/RN

No ano de 2012, o que era um grupo de trabalho para apurar crimes financeiros e de lavagem de capitais, tornou-se Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros e Desvios de Recursos Públicos – DELEFIN, incorporando a URDP - Unidade de Repressão a Desvios de Verbas Públicas e, portanto, alargando sua área de atuação. Não obstante, os policiais da antiga URDP se mantiveram vinculados à unidade de origem, qual seja a DELEFAZ, impedindo a DELEFIN de coordenar e executar as investigações de desvio de verba pública.

Seja pelo efetivo reduzido, seja em razão da complexidade das investigações, fato é que, das três operações de inteligência previstas nas metas institucionais de 2012, apenas uma teve

início, sem conclusão ainda. Outrossim, as demais investigações não avançaram adequadamente, com o que contribuíram decisivamente as instituições financeiras, renitentes em retardar o cumprimento das decisões judiciais de afastamento de sigilo bancário.

PERÍODO (data-início a data fim)	OPERAÇÕES ATIVIDADES	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
13/06/2012 -	Operação de Inteligência	Natal	Desarticular organização criminosa voltada para a prática de crimes previstos no Código Penal e na Lei 9.613/98.	Operação em andamento, com término previsto para o ano de 2013.

Quadro 3.3.23 – Atividades de Polícia Judiciária da DELEFIN no ano de 2012

TIPO	QUANTIDADE
IPLs instaurados	19
IPLs Flagrante	00
IPLs relatados	01
TCO's instaurados	01
TCO's relatados	01
REs instaurados	00
REs relatados	00

j) DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO E TRAFICO DE ARMAS – DELEPAT/DRCOR/SR/DPF/RN

Durante o ano de 2012 o número de roubos às agências dos correios no estado aumentou 190%, o volume e a frequência dos assaltos, que passaram a ser semanais, somados ao reduzido efetivo da DELEPAT tornaram-se grandes empecilhos para a repressão eficaz de tais crimes.

No decorrer de praticamente todo o ano, contamos apenas com a atuação de um delegado, chefe-substituto da delegacia, em razão de licença para tratamento de saúde e cumprimento de OMP do DPF titular da DELEPAT.

Outra dificuldade é a precária estrutura das agências dos Correios, que não dispõem de equipamentos adequados de segurança e acabam por obstaculizar os trabalhos investigativos. Raras foram as situações em que imagens razoáveis de bandidos foram capturadas por câmeras de segurança.

No final de 2012, mesmo com as dificuldades citadas, foi possível identificar a autoria de vários roubos, perpetrados por uma quadrilha (IPL's 717/2012, 718/2012, 719/2012, 720/2012, 721/2012, 572/2012, 470/2012 e 471/2012).

Quadro 3.3.24 - Atividades de Polícia Judiciária da DELEPAT no ano de 2012

TIPO	QUANTIDADE
IPLs instaurados	83
IPLs Flagrante	08
IPLs relatados	40
TCO's instaurados	00
TCO's relatados	00
REs instaurados	00
REs relatados	00

Quadro 3.3.25 - Inquéritos instaurados por tipificação na DELEPAT no ano de 2012

TIPIFICAÇÃO	QUANTIDADE
Art. 155 CPB	15
Art. 157 CPB	72
Art. 288 CPB	03
Art. 180 CPB	01
Total	91

k) GRUPO DE REPRESSÃO A CRIMES CIBERNÉTICOS – GRCC/DRCOR/SR/DPF/RN

Por meio da Portaria nº 003/2012-GAB/SR/DPF/RN, foi criado nesta Superintendência Regional o Grupo de Repressão aos Crimes Cibernéticos – GRCC. A criação oficial desse Grupo permitiu a especialização dos trabalhos e uma melhor capacitação dos policiais para o enfrentamento das organizações criminosas que se utilizam das novas tecnologias para ofender a sociedade e o Estado brasileiro.

O GRCC subordina-se hierarquicamente à DRCOR e técnica e normativamente ao Serviço de Repressão a Crimes Cibernéticos – SRCC, da Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado.

Destacou-se no ano de 2012 a Operação “Pichadores Virtuais”, com o apoio da 3ª Vara da Infância e Juventude de Natal/RN e do Ministério Público Estadual, na qual se logrou identificar os responsáveis pela invasão e adulteração de cerca de 40 (quarenta) *websites*, dentre os quais vários pertencentes a órgãos públicos federais, estaduais e municipais. Os infratores também divulgaram, por meio da *internet*, dados sigilosos de suas vítimas, tais como informações pessoais e senhas de milhares de servidores públicos e usuários de redes sociais.

Além da referida operação, também foram produzidas no GRCC informações policiais com base nos cruzamentos dos dados de fraudes bancárias oriundos da Caixa Econômica Federal, relativos ao Projeto Tentáculos, informações estas que possibilitarão a realização, em breve, de novas operações na área.

A remoção da Delegada que chefiava o Grupo acarretou uma redução no ritmo de trabalho no segundo semestre de 2012, já que os inquiridos tiveram de ser temporariamente redistribuídos, havendo a necessidade premente de sua substituição.

1) DELEGACIA DE CONTROLE DE ARMAS E PRODUTOS QUÍMICOS - DELEAQ/DREX/SR/DPF/RN

Quadro 3.3.26 - Atividades de Polícia Judiciária da DELEAQ no ano de 2012

TIPO	QUANTIDADE
IPLs instaurados	07
IPLs Flagrante	00
IPLs relatados	04
TCO's instaurados	01
TCO's relatados	01
REs instaurados	01
REs relatados	00
Intimações	149

Quadro 3.3.27 - Atividades da DELEAQ no ano de 2012

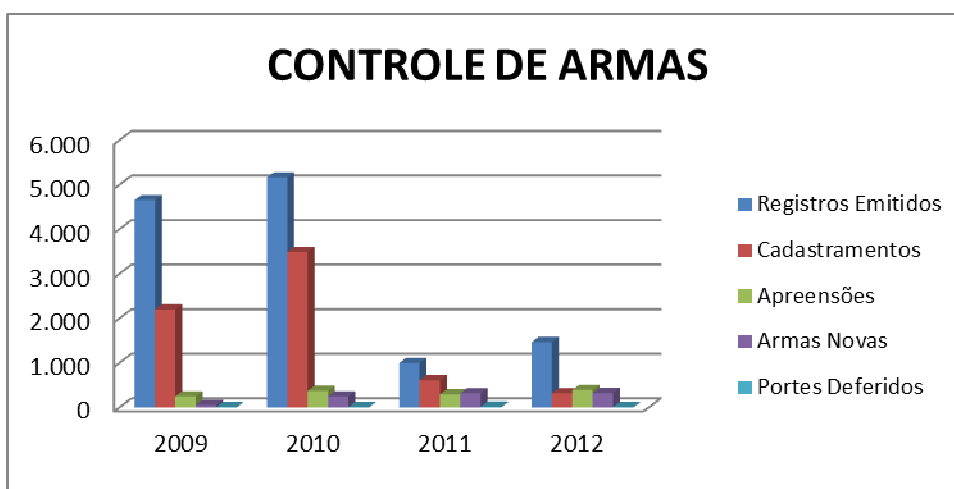
ATIVIDADES	QUANTIDADE
Armas arrecadadas na campanha do desarmamento	156
Portes emitidos	06
Portes deferidos	10
Portes indeferidos	31
Registros emitidos	1467
Cadastramento de armas	323
Armas novas	325
Armas furtadas	144
Armas perdidas	68
Armas transferidas	179
Apreensões de armas (no RN)	394

Quadro 3.3.28 - Histórico das principais atividades de controle de armas

ATIVIDADES	QUANTIDADE			
	2009	2010	2011	2012
Registros Emitidos	4.654	5.162	997	1.467
Cadastramentos	2.199	3.488	611	323
Apreensões	250	374	295	394
Armas Novas	56	251	321	325
Portes Deferidos	08	09	18	10

(Índices referentes à SR/DPF/RN e DPF/MOS/RN)

Quadro 3.3.29 – Gráfico das principais atividades de controle de armas



Quadro 3.3.30 – Atividades de controle e fiscalização de produtos e insumos químicos

ATIVIDADES	QUANTIDADE
Emissão de registro cadastral	15
Emissão de renovação de licença de funcionamento	51
Cancelamento de certificado	01
Comunicado de alteração cadastral	17
Mapa de controle de produto químico	05
Entrega de certificados emissão de licença	14
Entrega de certificados renovação de licença	48
Restituição de gru	04
Atendimentos ao usuário	417
Resolução de pendências	04

m) DELEGACIA DE POLÍCIA DE IMIGRAÇÃO – DELEMIG/DREX/SR/DPF/RN

Observa-se com os dados do relatório que existe um aumento do número de atendimento dessa Delegacia, o que requer uma reestruturação de pessoal para que se possa atender a demanda a contento, já que tivemos muitas perdas por relocação de pessoal e, principalmente, aposentadoria.

Com a proximidade dos grandes eventos, será necessário uma ampliação dos serviços do Núcleo de Registro de Estrangeiro, bem como uma otimização do atendimento do Núcleo Operacional da DELEMIG/SR/DPF/RN.

Quadro 3.3.31 - Atividades de Polícia Judiciária da DELEMIG

TIPO	QUANTIDADE
IPLs instaurados	04
IPLs Flagrante	01
IPLs relatados	07
TCO's instaurados	01
TCO's relatados	01
REs instaurados	00
REs relatados	00

Quadro 3.3.32 - Atividades da DELEMIG

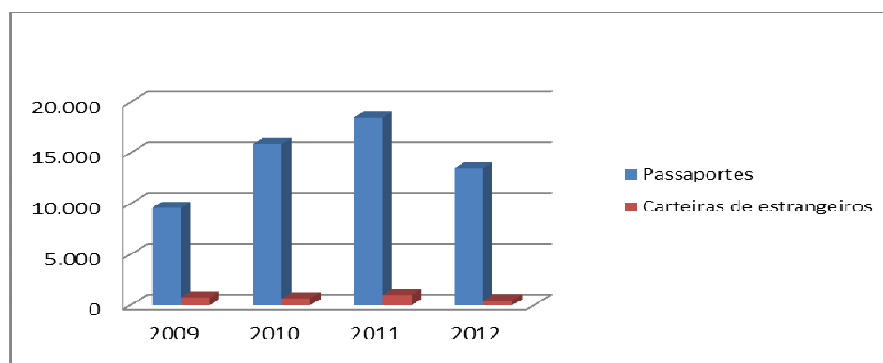
POLÍCIA JUDICIÁRIA/ADMINISTRATIVA	QUANTIDADE
Inquérito policial instaurado por portaria	04
Inquérito policial Flagrante	01
Inquérito policial Relatado	07
TCOs Instaurados	01
TCOs Relatados	01
IPL instaurado para expulsão	03
Estrangeiro preso para extradição	00
Estrangeiro preso para expulsão	00
Estrangeiro preso para repatriação	00
Oitivas	296
Pedido de refúgio/ACNUR	00
NRE - NÚCLEO DE REGISTRO DE ESTRANGEIROS	QUANTIDADE
Atualização de endereço	133
Cancelamento de registro por perda de permanência	00
Certidões emitidas	216
Entrega de carteiras	431
Esclarecimentos/orientações	1.101
Estrangeiro autuado	212
Estrangeiro notificado a deixar o país	68
1ª via de carteira de estrangeiro emitida	450
2ª via de carteira de estrangeiro emitida	10
Pedido de asilo político	07
Pedido de igualdade de direito	14

Pedido de permanência	136
Pedido de naturalização	03
Pedido de reconsideração de despacho	06
Pedido de republicação de despacho	04
Pedido de revogação de cancelamento de registro	00
Prorrogação de estada de turista	226
Prorrogação de prazo de estada temporário	42
Registro de estrangeiro	476
Restabelecimento de registro	00
Recadastramento extemporâneo	05
Substituição de carteira	135
Transformação de visto	15
NPA - NÚCLEO DE PASSAPORTE	QUANTIDADE
Passaporte ICAO expedido	13.376
Passaporte não ICAO expedido	77
Pedido de devolução de taxa	17
NFTI - AEROPORTO	QUANTIDADE
Autorização de viagem para menores recolhidas	1.032
Bagagens vistoriadas	26
Embarque de passageiros armados	1.213
Empresa transporte internacional aéreo autuada	03
Entrada de brasileiro	15.501
Entrada de estrangeiro	28.872
Entrada e saída de aeronave	702
Impedimento de embarque	05
Impedimento de desembarque	18
Pessoas inadmitidas	06
Saída de brasileiro	15.732
Saída de estrangeiro	29.673
NO - NÚCLEO DE OPERAÇÕES	QUANTIDADE
Autuações	08
Denúncias apuradas	05
Diligências/intimações de IPL	04
Embarcação fiscalizada com FUNAPOL	150
Embarcação fiscalizada sem FUNAPOL	42
Expulsão efetivada	00
Extradição efetivada	00
Sindicância expulsão	01
Sindicância/permanência	202
Sindicância/naturalização	15
Translado de cadáver	15

Quadro 3.3.33 – Histórico de expedição de passaporte e carteiras de estrangeiros

ATIVIDADES	QUANTIDADE			
	2009	2010	2011	2012
Passaportes expedidos	9.610	15.839	18.425	13.453
Carteiras de estrangeiros	737	654	962	460

Quadro 3.3.34 – Gráfico do histórico de expedição de passaporte e carteiras de estrangeiros



n) DELEGACIA DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA – DELESP/DREX/SR/DPF/RN

Foram vistoriados, fiscalizados e notificados os estabelecimentos financeiros, sediados nesta Capital e no interior do Estado, a partir de seus respectivos Planos de Segurança enviados a esta Delegacia. Estes procedimentos visaram constatar se as dependências dos respectivos estabelecimentos financeiros eram dotadas de esquema estratégico de segurança preventiva adequada às peculiaridades dos usuários, capazes de garantir a incolumidade de funcionários e clientes, bem como a proteção do patrimônio. Visaram, também, verificar se os Planos de Segurança estabelecem a necessidade, a quantidade e o posicionamento de equipamentos de segurança, bem como de vigilância armada que deverá ser habilitada e treinada para inibir ações delituosas, tudo em conformidade com o disposto na Lei nº 7.102/83, de 20/06/83, Decreto nº 89.056/83, de 24/11/83, Portaria nº 387/06, de 28/08/06 e demais normas em vigor.

Foram realizadas: fiscalizações, vistorias, inspeções, notificações, pareceres, auto de constatação de infração, registro de diplomas de vigilantes (Formação, Extensão e Reciclagem), confecção de Carteiras Nacional de Vigilantes, relatórios das empresas especializadas em vigilância privada, em transporte de valores, em escolas de formação, empresas orgânicas de vigilância, instituições financeiras e em empresas clandestinas.

As empresas de Segurança Privada foram fiscalizadas, com o objetivo de constatar se dispõem de recursos humanos e financeiros e se as suas instalações são adequadas às suas atividades, tudo em conformidade com a Portaria nº 387/06-DG/DPF, de 28/08/06 e demais legislações.

Em relação às empresas clandestinas, esta Delegacia vem desenvolvendo um trabalho incessante no sentido de coibir a atuação dessas atividades ilegais, encontrando como maior obstáculo o seu pequeno efetivo, já que a fiscalização/vistoria das instituições financeiras e de empresas regulares absorve a quase totalidade dos recursos disponíveis (humanos e materiais). Todavia, foram verificados cinco casos de segurança privada clandestina que redundaram em auto de encerramento das atividades. Uma está sendo acompanhada e deve ser objeto da atuação da DELESP/SR/RN no começo de 2013.

Quadro 3.3.35 - Atividades de Polícia Judiciária da DELESP no ano de 2012

DADOS ESTATÍSTICOS		
Municípios atendidos pela delegacia		107
Efetivo da delegacia		06
Agências bancárias		137
Postos de atendimento bancário		28
Carros fortes		32
Armas ativas		2122
Empresas de segurança e vigilância patrimonial		24
Empresas de transporte de valores e vigilância patrimonial		03
Empresas de segurança orgânica		15
Cursos de formação de vigilantes		03
TOTAL DE PROCESSOS INSTAURADOS:		
AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO	Segurança e vigilância patrimonial	05
	Empresa orgânica	01
	Transporte de valores	---
	Curso de formação de vigilantes	---
	Escolta armada	---
	Segurança pessoal privada	01
ALTERAÇÃO DE ATOS CONSTITUTIVOS	Razão social	01
	Mudança de endereço	03
	Mudança de modelo de uniforme	03
	Mudança de sócio	06
OUTROS PROCEDIMENTOS	Revisão autorização funcionamento empresa privada	24
	Revisão autorização funcionamento escola vigilante	03
	Revisão autorização serviço orgânico de segurança	15
	Renovação de certificado de segurança	27
	Renovação de certificado de vistoria	49
	Autorização para compra de armas e munições	42
	Autorização para compra de coletes a prova de balas	14
	Certificado de segurança	27
	Certificado de vistoria	49
	Autos de constatação e notificação de infração	56
	Cancelamento/encerramento de atividades	05
	Encerramento de empresa irregular	---
Comunicação de incidentes com armas	36	
OUTRAS ATIVIDADES:		
Vistoria das instalações de empresa de vigilância e orgânica		32
Vistoria de veículos especiais de transporte de valores		50
Vistoria de agências bancárias e PAB'S		213
Expedição de alvará de func. de empresa de vigilância e orgânica e escola		06
Notificação empresa de segurança privada		160
Carteiras de vigilantes requeridas		1815

Certificados de formação de vigilantes registrados	2020
Certificados de reciclagem de vigilantes registrados	3487
Guias de transferência e/ou transporte de armas emitidas	232
Consultas / informações prestadas sobre segurança privada	255
Ordem de missão	---
Armas /munições arrecadadas	19A/111M
Relatório de missão	---

ARRECADAÇÃO:	
TOTAL DE GAR-FUNAPOL ARRECADADO:	R\$ 384.586,26
TOTAL DE MULTAS PAGAS:	R\$ 504.547,54
TOTAL GERAL	R\$ 889.133,80

Quadro 3.3.36 - Histórico das atividades da DELESP

ATIVIDADES	QUANTIDADE			
	2009	2010	2011	2012
Carteiras de vigilantes expedidas	1.911	2.216	2517	1815
Certificados de segurança expedidos	23	24	28	27
Certificados de vistoria expedidos	49	44	52	49
Vistorias realizadas	270	275	330	295
Autos de constatação e notificação de infração (ACIN)	238	88	60	56

Quadro 3.3.37 – Gráfico do histórico das atividades da DELESP

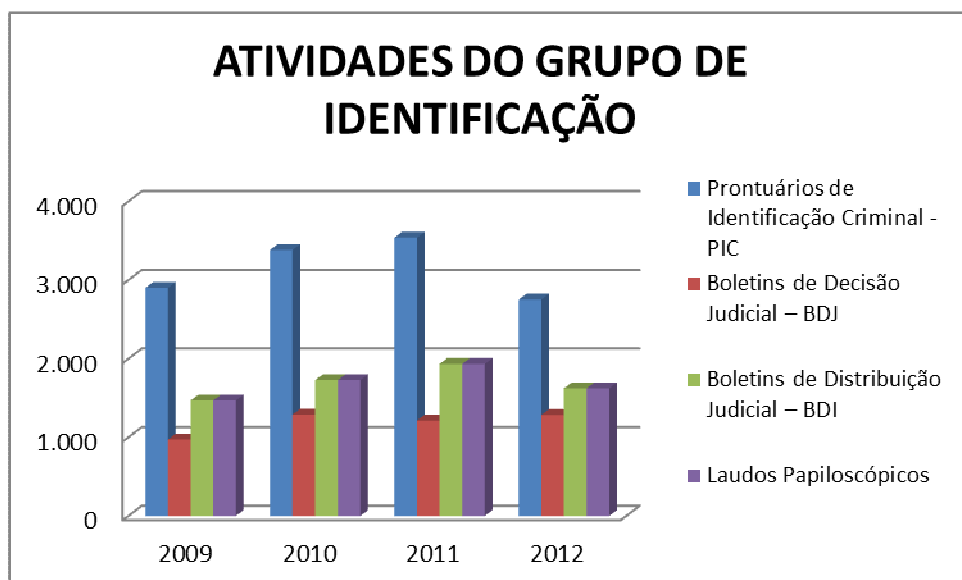


o) GRUPO DE IDENTIFICAÇÃO – GID/DREX/SR/DPF/RN

Quadro 3.3.38 - Atividades do GID no ano de 2012

ATIVIDADES	TOTAL
SINIC	
Inclusão de PIC	2.752
Inclusão de BDI	1.622
Inclusão de BDJ	1.284
Emissão de FANTE	2.053
Ofício Justiça / Consultas	31.422
IDENTIFICAÇÃO	
Criminal	42
Estrangeiro	1.611
Vigilantes (CNV)	1.359
Funcional	05
Emissão/Substit. Doc. Funcionais	12
SETOR PERICIAL	
Laudos Papiloscópicos	33
Informação Técnica	115
Retrato Falado	09

Quadro 3.3.39 – Gráfico do histórico das atividades do grupo de identificação



p) NÚCLEO DE OPERAÇÕES – NO/DREX/SR/DPF/RN

Quadro 3.3.40 – Atividades do Núcleo de Operações da DREX no ano de 2012

ATIVIDADES		Total
OMP's CONDUÇÃO	Condução para atendimentos médicos	00
	Transferências	26
	Audiências	25
	Outros	04
OUTRAS OMP's		243
TOTAL OMP's		298
PRESOS TRANSFERIDOS		Total
		47
ATIVIDADES		Total
MANDADOS DE PRISÃO	Justiça. Federal	10
	Justiça Estadual	05
	Justiça Trabalho	00
	Justiça Eleitoral	00
	Justiça Militar	01
	TOTAL	16
		Total
INTIMAÇÕES		715
INFORMAÇÕES		324

q) ATIVIDADES DE POLÍCIA JUDICIÁRIA NO ÂMBITO DA SR/DPF/RN

Quadro 3.3.41 – Quadro geral das atividades de polícia judiciária da SR/DPF/RN

TIPO	QUANTIDADE
Cert. Antec. criminais	8888
Indiciamentos	487
IPLs Inst. portaria	876
IPLs Inst. flagrante	44
IPLs relatados	682
TCO's instaurados	20
TCOs encerrados	16
REs instaurados	07
REs relatados	01
Precatórias Autuadas	184
Precatórias Cumpridas	169

Quadro 3.3.42 - Atividades de polícia judiciária, por delegacia, da SR/DPF/RN

	DELEAQ	DELEMIG	DELEFAZ	DELEMAPH	DELEPAT	DELEPREV	DELINST	DELEFIN	DRE	TOTAL
IPLs Inst. portaria	07	04	314	93	85	54	293	19	07	876
IPLs Inst. flagrante	00	01	13	02	08	02	08	00	10	44
IPLs relatados	04	07	312	53	40	60	188	01	16	682
REs Inst.	01	00	05	01	00	00	00	00	00	07
REs relatados	00	00	01	00	00	00	00	00	00	01
TCO's instauratos	01	01	10	01	01	02	01	01	02	20
TCO's relatados	01	01	06	01	01	02	01	01	02	16

r) DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MOSSORÓ – DPF/MOS/RN

Quadro 3.3.43 – Atividades cartorárias da DPF/MOS/RN no ano de 2012

TIPO	TOTAL
Notícias Crimes	700
IPLs instaurados	711
IPLs relatados	346
TCO's instaurados	03
TCO's relatados	03
Cartas Precatórias	50
Cartas Precatórias cumpridas	42
Indiciamentos	237
Registro Especial	08

Quadro 3.3.44 - Atividades de Polícia Judiciária da DPF/MOS/RN no ano de 2012

TIPIFICAÇÃO	TOTAL
Eleitoral	331
Previdenciário	00
Roubo/Furto	54
Fisco Federal (Rec. Fed.)	10
Fraude Proc. Licitatório	26
Crime de Responsabilidade (Prestação de CT)	26
Crime Ambiental	20
Contrabando ou Descaminho	05
Telecomunicações	02
Entorpecente	06
FGTS/Seguro Desemprego	00
Outros	231
Total	711

Quadro 13.3.45 - Atividades referentes ao SINARM/DPF/MOS/RN

TIPO	TOTAL
Portes Deferidos	01
Portes indeferidos	07
Registros emitidos	237
Armas novas	99
Renovação de Registro Federal	138
Armas recebidas na campanha do desarmamento	23

Quadro 3.3.46 - Atividades referentes ao controle de segurança privada da DPF/MOS/RN

TIPO	TOTAL
Aprovação de Planos de Segurança	31
Expedição de CNVs	42
Renovação de CNVs	27
Prorrogação de Protocolo Provisório (antes da chegada de CNVs)	111
Expedição de Guia de Tráfego para Arma(s) e Munições	09
Vistoria em Documentação de Turma de Vigilantes (Curso de Formação)	23
Vistoria em Documentação de Turma de Vigilantes (Curso de Reciclagem)	25
Vistoria em Documentação de Turma de Vigilantes (Curso de Extensão)	03
Vistoria em Empresa de Segurança Privada	00
Vistoria em Carro-Forte de Empresa de Segurança Privada	00
Vistorias em Bancos	00
Comunicação de Roubo/Furto/Extravio de Arma de Empresa de Segurança Privada	10
Comunicação de Disparo de Arma de Fogo	02
Notificações a Empresas Bancárias	08
Autos de Constatação e Infração Aplicados a Empresas Bancárias	00

Quadro 3.3.47 - Atividades referentes à comissão de controle de produtos químicos da DPF/MOS/RN

TIPO	TOTAL
Expedição de CRC e de CLF (1ª Vez que a Empresa faz ou quando há alteração cadastral ou quando perde o prazo para a Renovação)	02
Renovação de CLF	08

Quadro 3.3.48 - Apreensão de drogas ilícitas no âmbito da DPF/MOS/RN

ENTORPECENTES	TOTAL (kg)
Cocaína	12
Maconha	10
Total	22

Quadro 3.3.49 - Mandados de prisão cumpridos no âmbito da DPF/MOS/RN

ÓRGÃO DE ORIGEM	TOTAL
JUSTIÇA FEDERAL	07
JUSTIÇA ESTADUAL	00
JUSTIÇA DO TRABALHO	00
Total	07

Quadro 3.3.50 - Atividades executadas pelo Núcleo de Identificação da DPF/MOS/RN:

ATIVIDADES	TOTAL
Cumprimento de O M (outras atividades)	03
Cumprimento de O M (relativa à atividade papiloscópica)	31
Inclusão no SINIC – Boletim de Identificação Criminal	347
Inclusão no SINIC – Boletim de Distribuição Judicial	26
Inclusão no SINIC – Boletim de Decisão Judicial	85
Emissão de Folha de Antecedentes	593
Identificação – Criminal	13
Identificação – Estrangeiros	77
Perícias – Documentos	08
Perícias – Local	17
Informações Técnicas – Documentos	02
Informações Técnicas – Local	17
Laudos Papiloscópicos – Documentos	06
Identificação de Vigilante	249

Quadro 3.3.51- Atividades executadas pelo Núcleo de Imigração – NUMIG/DPF/MOS/RN

TIPO DE ATENDIMENTO	TOTAL
Passaportes expedidos (para brasileiros)	1.865
Prorrogação de prazo/estada de turista (270t)	34
Prorrogação de prazo de estada de temporário	01
Registro/Restabelecim. De registro + carteira (cie)	66
Nova carteira (cie) ou substituição de cie	11
Certidão para estrangeiro	36
Pedido de restituição de taxa	00
Atualização de endereço	01
Pedido de permanência (viper)	17
Pedido de transformação de visto	01
Atendimentos apenas a estrangeiros	167
Total geral de atendimentos	2.032

3.4 Indicadores Institucionais da Unidade Jurisdicionada

3.4.3.1 Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais

a) Utilidade: medir a taxa (percentual) de Inquéritos Policiais instaurados e relatados no ano de 2012.

O inquérito instaurado num determinado exercício, devido à complexidade das investigações e/ou procedimentos, eventualmente não pode ser concluído dentro do mesmo exercício. Da mesma forma que os inquéritos relatados no período, podem ser aqueles instaurados em anos anteriores. Dependendo da complexidade dos procedimentos e investigações, um inquérito pode demandar mais tempo, em face de outro, que por ser mais simples, é instaurado e relatado num prazo bem menor. Nesse sentido, a utilidade desse indicador pode ser claramente percebida haja vista tratar-se de um dos mais representativos índices, o qual sempre é utilizado como referência para a tomada de decisões gerenciais que afetam o desempenho desta Unidade Jurisdicionada.

Todos os esforços são dirigidos para manter o índice relativo à Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais acima de 100%, para que se mantenha uma trajetória descendente no índice de inquéritos em andamento. Entretanto, devido ao movimento paredista ocorrido nos meses de agosto, setembro e início outubro, por parte dos Agentes, Escrivães e Papiloscopistas, esse índice não foi alcançado. **Tendo a SR/DPF/RN atingido o índice de 74% (setenta e quatro por cento) e a DPF/MOS/RN 48% (quarenta e oito por cento).** Para 2013, pretende-se atingir a meta de 120%, ou seja, para cada 100 inquéritos instaurados, relatar-se-á 120.

b) Mensurabilidade: Houve viabilidade efetiva para que o fenômeno-objeto (Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais) fosse medido por intermédio do indicador supracitado, mediante pesquisas realizadas pela Corregedoria Geral do DPF, disponibilizadas na intranet. Todavia, um índice inferior a 80% não retrataria necessariamente insucesso, pois cada inquérito depende de fatores diversos que determinam o tempo de andamento do mesmo.

3.4.3.2 Prazo Médio para Conclusão de Inquéritos Policiais

a) Utilidade: medir o prazo médio para a conclusão de Inquéritos Policiais instaurados e relatados no ano de 2012 e auxiliar no processo de tomada de decisão gerencial, sobretudo quanto à melhor alocação de recursos pelo ordenador de despesas, a fim de reduzir tal prazo.

b) Mensurabilidade: O fenômeno-objeto (Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais) foi medido mediante pesquisas realizadas pela Corregedoria Geral do DPF. Da mesma forma que o índice 2.4.3.1 (taxa de conclusão), possui razoável mensurabilidade. Trata-se de um indicador que possui um grau de complexidade proporcional ao fenômeno-objeto, sendo auditável por terceiros, pois os dados extraídos de sistemas ativos e confiáveis (Sistema Nacional de Procedimentos - SINPRO e Sistema Cartorário - SISCART), por meio de recursos da Coordenação Geral de Tecnologia de Informação do DPF, disponibilizados à Corregedoria Geral, além de ser econômica a produção de tal indicador. Entretanto, este indicador não possibilita aferir a produtividade exata, pois dependendo da complexidade dos procedimentos e investigações, um inquérito pode demandar mais tempo, em face de outro, que, por ser mais simples, é instaurado e relatado num prazo bem menor. **Assim, como base nas informações repassadas pela Corregedoria-Geral do DPF, a SR/DPF/RN teve um prazo médio para conclusão dos IPLs em 338 (trezentos e trinta e oito) dias e a Delegacia de Mossoró/RN 178 (cento e setenta e oito) dias.**

Em complemento às informações relativas aos indicadores institucionais do DPF, previstos no item 2.4 da parte A do Anexo II à Decisão Normativa – TCU 119/2012, esta Unidade Jurisdicionada esclarece que a despeito dos dois índices apresentados (prazo de conclusão de inquéritos policiais no DPF e taxa de conclusão de inquéritos policiais no DPF), está em processo de construção no DPF outros indicadores, de caráter institucional, que melhor retratam a gestão do órgão, apontando o acompanhamento; o alcance das metas previstas; os avanços; as melhorias na qualidade dos serviços prestados, bem como a necessidade de correções e mudanças de rumos nas ações, com o fim de orientar o Órgão na busca da excelência dos serviços prestados.

Para isso, o Diretor-Geral do Departamento, por meio do Despacho nº 7274/2012, de 28/11/2012, aprovou o Termo de Abertura do Projeto **CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE DESEMPENHO DO PLANO ESTRATÉGICO DA POLÍCIA FEDERAL (2010/2022)**. Esse documento foi a diretriz utilizada Pela Direção para a elaboração da proposta do Plano de Gerenciamento do Projeto, que apresenta o planejamento das ações previstas como necessárias para se alcançar os objetivos do projeto. Ele define também como os trabalhos pertinentes serão executados, monitorados, controlados e encerrados.

Ato contínuo, foi realizada reunião, em 11 de dezembro de 2012, entre servidores do DPF e da Secretaria de Planejamento de Gestão do Tribunal de Contas da União com o fim de buscar entendimento sobre o tema e, ainda, de formar uma agenda positiva para a realização dos trabalhos correlatos, com a orientação técnica daquele Tribunal. Essa reunião foi oficializada por meio do Ofício 861/2012-GAB/DG/DPF, de 14 de dezembro de 2012, do Diretor-Geral do DPF ao Exmo. Ministro Augusto Nardes, Presidente do TCU.

Atualmente, a Coordenação do Centro Integrado de Gestão Estratégica do DPF - CIGE trabalha na formação dos novos indicadores institucionais de gestão, com o fim de possibilitar a mensuração dos trabalhos desenvolvidos em áreas não contempladas pelos índices atualmente existentes no Departamento. Buscar-se-á também agregar melhoria a esses últimos, de modo a atender o disposto nas Decisões Normativas e Portarias do TCU que tratam do tema.

Dessa forma, o DPF espera criar, no exercício de 2013, indicadores de desempenho da gestão que se prestem a medir a efetividade dos principais processos das diversas Unidades Jurisdicionadas que compõe o órgão, tornando mais transparente os resultados alcançados pela gestão.

4. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

4.1 Estrutura de Governança

A Direção Geral do DPF definiu, no seu planejamento estratégico de médio prazo, como uma de suas prioridades a ampliação da atuação da Assessoria de Controle Interno, por meio da criação de projeções regionais em todas as suas vinte e sete Superintendências. Dessa forma, a SR/DPF/RN foi patrocinadora do projeto de descentralização das atividades da Assessoria de Controle Interno, e precursora na implementação da primeira Unidade de Controle Interno do DPF, criada por meio da Portaria nº 2140/2011-DG/DPF, de 10 de março de 2011.

Entretanto, devido ao baixo efetivo desta Superintendência Regional, o servidor designado para assumir a UCI/SR/DPF/RN, em meados de abril/2012, foi relotado para outro setor da Superintendência, ficando aquele Setor sem um responsável legal.

Desta feita, as atribuições inerentes a UCI/SR/DPF/RN, constante na Instrução Normativa nº 043/2010-DG/DPF, abaixo transcritas, ficaram a cargo da Assessoria do GAB/SR/DPF/RN e do SELOG/SR/DPF/RN.

- I – acompanhar auditorias e o atendimento das demandas da Controladoria Geral da União e do Tribunal de Contas da União pela sua unidade, observando o cumprimento dos prazos;
- II – analisar a legalidade, legitimidade e economicidade de atos administrativos;
- III – assistir o Superintendente Regional nos assuntos relativos ao Sistema de Controle Interno e ao Sistema de Controle Externo, atuando como facilitador da relação entre sua unidade e os órgãos que compõem esses sistemas;
- IV – auxiliar a mensuração da eficácia, eficiência e efetividade das ações de sua unidade para o atingimento dos objetivos das políticas públicas traçadas para o DPF;
- V – executar as atividades afetas à organização do Relatório de Gestão, consolidação do Plano de Metas e Relatório Anual de Atividades da Superintendência, bem como, quando necessário, elaboração dos Processos de Contas e da Tomada de Contas Especial;
- VI – manter-se atualizado em relação às normas e diretrizes da Administração Pública Federal concernentes ao Sistema de Controle Interno e ao Sistema de Controle Externo, transmitindo-as e orientando os responsáveis pelo seu cumprimento;
- VII – monitorar, registrar e repassar informações para elaboração do Balanço Geral da União à unidade competente;
- VIII – executar as atividades necessárias à formulação dos Relatórios de Controle Interno por iniciativa própria ou quando demandados pelo Superintendente Regional; e
- IX – outras atribuições pertinentes, conforme determinação do Superintendente.

Assim, considerando a falta de pessoal qualificado para assumir as Unidades de Controle Interno, está Regional sugeriu a Direção-Geral do DPF a criação de uma Unidade Regional de Controle Interno, a ser formada pelas Superintendências SR/DPF/RN, SR/DPF/PE, SR/DPF/PB, SR/DPF/CE e SR/DPF/AL, que se encontra em estudo naquela Direção-Geral.

4.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro 4.2.1 – Avaliação do sistema de controles internos da UJ (Quadro A 3.1 da Portaria TCU 150/2012).

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X

27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Análise Crítica: Idem item 4.1.					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

4.3 Sistema de Correição

O Núcleo de Correições (NUCOR) desta Superintendência Regional possui como base normativa a IN 011/2001, onde, no item 179 e seguintes, norteia como devem ser realizadas as correições nesta Superintendência Regional, assim como na Delegacia de Polícia Federal de Mossoró/RN.

As competências e atividades do NUCOR estão elencadas no instrumento normativo supracitado.

Atualmente, são lotados no NUCOR/SR/DPF/RN 01 DPF, 01 EPF e 01 estagiária, os quais ocupam 02 salas localizadas no 1º andar da SR/DPF/RN, sendo-lhe reservado também um automóvel, o qual é utilizado para transporte de Inquéritos Policiais e material apreendido.

O EPF, além da função de correicionar os Inquéritos Policiais durante as correições ordinárias e parciais, também possui a função de encaminhar IPL's com pedido de prazo e relatados aos órgãos ministeriais e judiciais, atribuição que o sobrecarrega e o impossibilita de realizar as correições a contento.

Em razão de tal fato, o DPF lotado no NUCOR realiza sozinho, as correições ordinárias nesta SR, elaborando, ao final, o relatório de correições ordinárias de cada ano.

No que concerne às correições realizadas na DPF/MOS/RN, tal procedimento foi realizado por 02 DPF's e 02 EPF's, no período de 05 dias, na própria Delegacia de Mossoró/RN.

Vale ressaltar que no último ano não foi possível realizar a correição parcial nesta SR nem na DPF/MOS/RN, em razão do chefe do NUCOR desempenhar atividades destinadas ao NUDIS, inquirir intimados de cartas precatórias, viajar em razão de serviço por 60 dias e compor comissão de processo administrativo disciplinar (PAD 02/2012-SR/DPF/RN).

Os resultados advindos dos trabalhos correicionais estão sintetizados nos relatórios de correições de 2012 da SR/DPF/RN e da DPF/MOS/RN.

4.4 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

A despeito de a Corregedoria Regional contar com pequeno efetivo para o exercício de todas as atribuições definidas na IN 13/2005-DG/DPF, a unidade tem mantido regular registro e acompanhamento dos procedimentos disciplinares e sindicâncias e demais procedimentos de índole disciplinares instaurados e em andamento na regional, através dos sistemas de gestão e controles

denominados SAD/COGER e CGU/PAD, sendo este último em consonância com os preceitos da Portaria 1043/2007-CGU. Todavia, houve certo atraso no cadastro e atualização do andamento de procedimentos de natureza disciplinar no segundo semestre de 2012 em virtude de vários fatores contingenciais, como a deflagração da greve dos policiais federais, o afastamento temporário de servidores, por motivos de saúde ou designação para missão policial em outra unidade da federação, além da remoção do próprio Corregedor Regional e respectivo atraso no trâmite do procedimento administrativo que culminou com a substituição desta chefia. Com efeito, é possível afirmar que atualmente os procedimentos de natureza disciplinar encontram-se regularmente cadastrados, segundo se depreende da tabela em anexo.

Quadro 4.4.1 – Relatório de procedimentos instaurados e registrados no CGU/PAD

Total de Processos Administrativos Disciplinares		03
Total de Sindicâncias		08
Total de Procedimentos		11
NÚMERO DO PROCESSO PRINCIPAL	DATA DA SITUAÇÃO	TIPO DE PROCESSO
08420000970201218	27/01/2012	Sindicância
08420000975201241	27/01/2012	Sindicância
08420005894201237	04/05/2012	Sindicância
08420007524201234	02/03/2012	PAD (Lei 8.112/90)
08420007557201284	04/06/2012	PAD (Lei 8.112/90)
08420007562201297	17/02/2012	Sindicância
08420012708201216	04/06/2012	PAD (Lei 8.112/90)
08420016481201288	19/10/2012	Sindicância
08420019977201211	19/10/2012	Sindicância
08420022018201275	19/10/2012	Sindicância
08420023583201250	23/11/2012	Sindicância

5. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1 Desempenho Orçamentário/Financeiro

5.1.1 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro 5.1.1.1 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa (Quadro A.4.11 da Portaria TCU 150/2012).

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos				0,00	0,00	0,00
	Recebidos	200336	200394	181	35.637,24	0,00	0,00
	Recebidos	200336	200394	14LI	0,00	0,00	14.726,00
	Recebidos	200336	200394	8375	0,00	0,00	100,00
	Recebidos	200336	200394	2000	0,00	0,00	5.440.041,10
	Recebidos	200337	200395	14M4	0,00	0,00	252.164,14
	Recebidos	200337	200395	2679	0,00	0,00	43.016,58
	Recebidos	200337	200395	2720	0,00	0,00	105.097,64
	Recebidos	200337	200395	2726	0,00	0,00	1.831.358,21
	Recebidos	200337	200395	2000	0,00	0,00	18.454,86
	Recebidos	200337	200395	4572	0,00	0,00	38.261,70
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	-	-	-	0,00	0,00	0,00
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos				0,00	0,00	0,00
	Recebidos	200336	200394	2000	86.217,00	0,00	0,00
	Recebidos	200337	200395	2586	33.498,98	0,00	0,00
	Recebidos	200337	200395	2720	8.132,80	0,00	0,00
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	-	-	-	0,00	0,00	0,00

Fonte: NEOF/SR/DPF/RN- SIAFI Transação CONOR.

5.1.1.2 Considerações

O Programa de Governo que contribuiu para as atividades-fim do DPF, no ano de 2012 e no RN, foi o Programa Prevenção e Repressão à Criminalidade (0662) por meio da ação de Segurança Pública na Conferência das Nações Unidas Sobre o Desenvolvimento Sustentável – Conferência Rio+20- (14M4), sendo relevante a parcela referente a pagamento das diárias aos policiais, na realização das diversas operações.

Cabe destaque ainda a execução orçamentária de uma Ação ligada ao Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça (2112), que representa a maior parte dos recursos administrados pela Unidade, e que se relacionam com a atividade-meio, como por exemplo: contratações de serviços terceirizados, serviços de energia, água e esgoto, serviços de telefonia, manutenção predial e de viaturas, aquisições de material de consumo, entre outros itens de custeio.

Quanto à execução da Ação 2586, os gastos referem-se à aquisição de 13 estações de trabalho conforme orientação da mensagem circular DG/DPF e 2 (dois) notebooks para substituição parcial do parque de equipamentos de expedição de passaportes e do controle migratório sendo imprescindível para a continuidade da efetiva e adequada prestação dos serviços de emissão de passaporte à população.

Quanto à execução da Ação 2720, predomina a utilização de Suprimento de Fundos (Regime Especial de Execução - caráter sigiloso), principalmente, em razão desta forma excepcional de execução da despesa, que permite a manutenção do sigilo na aquisição de material, na prestação de serviços e no pagamento de despesas diversas que exigem pronto pagamento e não podem esperar o procedimento ordinário de execução.

Quanto à execução da Ação 2726, em sua quase totalidade refere-se a pagamento das diárias (R\$1.818.809,14) para realização das diversas operações de interesse da Polícia Federal. Do montante total constante da tabela acima, cerca de R\$13 mil referem-se à utilização Suprimento de Fundos (Regime Especial de Execução – não sigiloso).

Quanto à execução da Ação 4572, os valores executados referem-se à realização de diversos cursos de interesse da Instituição e refletem a grande preocupação dos gestores na capacitação dos servidores.

A execução da Ação 2000 é fator impactante no desempenho operacional da Polícia Federal, uma vez que possibilita a execução de despesas das atividades de apoio, necessárias à gestão e administração da Unidade, como por exemplo: serviços administrativos, manutenção e uso de frota veicular da PF, manutenção e conservação de imóveis, aquisição de passagens, entre outras.

Na ação supramencionada, a Unidade teve despesas empenhadas no valor de R\$ 5.473.723,59, dos quais liquidou R\$ 5.065.458,85, tendo havido inscrição em restos a pagar não-processados de R\$ 408.264,74 e valores pagos de R\$ 5.034.074,34.

Do montante inscrito em restos a pagar não processados, cabe destacar aquisição de computadores e outros bens, que somam a quantia de R\$ 86.217,00 fato ocorrido tendo em vista que os recursos orçamentários respectivos somente foram disponibilizados nos últimos meses do ano.

Quanto às despesas liquidadas na Ação 2000 do Programa 2112 pela Unidade Gestora FUNAPOL, referem-se a aquisições mediante utilização de suprimento de fundos de pequeno vulto.

Os gastos com rateio de despesas de energia, água, telefonia, taxas de limpeza e coleta de lixo em decorrência do uso das instalações da INFRAERO no Aeroporto Augusto Severo são realizados por esta ação nas respectivas naturezas de despesas.

5.1.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela Unidade Jurisdicionada por Movimentação.

5.1.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro 5.1.2.1.1 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação (Quadro A.4.14 – Portaria TCU 150/2012).

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	3.950.774,11	4.291.663,55	3.944.426,28	4.291.663,55
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	3.950.774,11	4.291.663,55	3.944.426,28	4.291.663,55
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (g+h)	783.102,18	985.498,43	758.065,50	985.498,43
g) Dispensa	623.480,79	341.311,99	598.444,11	341.311,99
h) Inexigibilidade	159.621,39	644.186,44	159.621,39	644.186,44
3. Regime de Execução Especial	84.029,47	124.663,88	84.029,47	124.663,88
i) Suprimento de Fundos	84.029,47	124.663,88	84.029,47	124.663,88
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	2.240.813,53	1.401.716,72	2.234.734,99	1.401.716,72
j) Pagamento em Folha	35.637,21	0,00	35.637,21	0,00
k) Diárias	2.205.176,29	1.401.716,72	2.199.734,75	1.401.716,72
5. Outros	259.233,40	343.409,04	259.233,40	343.409,04
6. Total (1+2+3+4+5)	7.317.952,69	7.146.951,62	7.280.489,64	7.146.951,62

Fonte: NEOF/SR/RN e SIAFI

5.1.2.2. Despesas Correntes dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro 5.1.2.2.1- Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos de movimentação (Quadro A.4.15 – Portaria TCU 150/2012).

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1.DespesasdePessoal								
Outros benefícios assistenciais	35.637,24	0,00	35.637,24	0,00	0,0	0,00	35.637,24	0,00
2.Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.Outras Despesas Correntes	7.562.731,41	6.812.069,08	7.235.398,67	6.412.202,97	327.332,74	181.901,89	7.203.378,89	6.412.202,97
Diárias–pessoal civil	2.205.176,29	1.399.326,02	2.205.176,29	1.399.326,02	0,0	4.849,59	2.199.097,75	1.399.326,02
Material de Consumo	601.229,22	887.044,44	500.279,82	742.847,75	100.949,40	65.402,61	500.279,82	742.847,75
Passagens e despesas com locomoção.	382.008,05	240.468,10	342.550,31	227.816,20	39.457,74	18.304,54	342.550,31	227.816,20
Serviços de consultoria	0,0	6.227,95	0,0	6.227,95	0,0	0,0	0,0	6.227,95
Outros serviços de terceiros - pessoa fisica	28.210,00	140.454,70	28.210,00	140.454,70	0,0	0,0	28.210,00	140.454,70
Locação de mão-de-obra	2.839.449,19	2.533.726,58	2.839.449,19	2.533.726,58	0,0	0,0	2.839.449,19	2.533.726,58
Outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	1.220.638,74	1.209.023,22	1.033.713,14	977.151,04	186.925,60	78.332,13	1.007.771,90	977.151,04
Obrigações tributárias e contributivas	43.172,71	44.193,96	43.172,71	44.193,96	0,0	0,0	43.172,71	44.193,96
Despesas de exercícios anteriores	33.987,46	36.268,40	33.987,46	36.268,40	0,0	0,0	33.987,46	34.379,34
Indenizações e restituições	208.859,75	287.728,51	208.859,75	287.728,51	0,0	5.000,00	208.859,75	287.728,51
Outros serv. Terc. pessoa jurídica-op. intra-orc.	0,0	27.500,00	0,0	16.354,66	0,0	10.013,02	0,0	16.354,66
Despesas de exercícios anteriores	0,0	107,20	0,0	107,20	0,0	0,0	0,0	1.996,26
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4.Investimentos								
Obras e instalações	-	22.000,00	-	22.000,00	-	-	0,00	22.000,00
Equipamentos e material permanente	127.848,78	314.771,60	46.916,78	55.038,60	80.932,00	162.428,00	46.916,78	55.038,60

Fonte: SIAF I- Transação CONOR

5.2 Análise Crítica

Alterações significativas ocorridas no exercício: Houve expressivo aumento nos valores gastos com diárias e passagens, fruto da realização da Conferência Rio + 20.

Além disso, atendendo metas de contenção de despesas, houve uma pequena redução nos gastos totais com a contratação de serviço de terceiros - pessoa jurídica. Evidenciado pela continuidade no uso VOIP - Voice Over Internet Protocol (tecnologia de transmissão de voz sobre protocolo de internet) que trouxe expressiva economia nas faturas de serviços de telefonia da SR/DPF/RN, ainda no exercício 2011.

Contingenciamento no exercício: O Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012 que estabeleceu, no âmbito do Poder Executivo federal, limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens. Não obstante a edição do decreto houve um significativo aumento das despesas com diárias e passagens como já demonstrado acima em virtude da realização da conferência Rio + 20 que demandou um elevado contingente de policiais na promoção da segurança daquele evento.

Eventos negativos/positivos que influenciaram a execução orçamentária: A racionalização dos gastos com custeio é uma política gerencial que já vem sendo adotada por esta unidade em alguns exercícios. O contingenciamento de recursos em 2011 evidenciou que a unidade já administra de forma responsável os recursos descentralizados e que busca rotineiramente otimizar os gastos públicos de forma a realizar o máximo de atividades com o orçamento disponibilizado. O que pesa negativamente ainda na execução orçamentária da Unidade é o atraso costumeiro com que algumas faturas chegam ao NEOF/SR/RN, motivado por vezes pelo atraso por parte das empresas contratadas e/ou pelo trâmite burocrático necessário (protocolo, atestado do fiscal, etc.). Apesar disso, tem facilitado muito o trabalho da SR/DPF/RN o fato da COF/DLOG disponibilizar 100% das cotas orçamentárias anuais desde o início do ano.

6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

6.1 Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 6.1.1 – Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores (Quadro A.5.2 – Port. TCU 150/2012).

Valores em R\$ 1,00

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
ANO DE INSCRIÇÃO	MONTANTE INSCRITO	CANCELAMENTOS ACUMULADOS	PAGAMENTOS ACUMULADOS	SALDO A PAGAR EM 31/12/2012
2011	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	27,45	0,00	27,45	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
ANO DE INSCRIÇÃO	MONTANTE INSCRITO	CANCELAMENTOS ACUMULADOS	PAGAMENTOS ACUMULADOS	SALDO A PAGAR EM 31/12/2012
2011	663.862,29	121.249,74	542.612,55	0,00
2010	344.329,89	53.550,27	290.779,62	0,00
2009	304.665,74	53.302,23	251.363,51	0,00
2008	3.362.491,33	104.020,94	3.258.470,39	0,00
Observações: Exceto as considerações expostas adiante, não há nenhuma análise adicional digna de registro.				

Fonte: NEOF/SR/RN e SIAFI – Transação CONOR

6.1.2 - Análise Crítica

Esta Unidade Jurisdicionada procura, como regra, evitar a inscrição de restos a pagar processados, envidando esforços para efetuar o pagamento de todas as despesas liquidadas ao final do exercício financeiro. Da mesma forma, evita-se ao máximo permanecer com saldo de restos a pagar de exercícios anteriores, cancelando-se os valores não liquidados, conforme é observado no quadro acima.

6.2 Suprimento de Fundos

6.2.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

6.2.1.1 Suprimento Avaliação dos Resultados Obtidos com a Parceria de Fundos – Visão Geral

Quadro 6.2.1.1.1 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF) (Quadro A.5.8 – Portaria TCU 150/2012).

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Valores			Total Geral
		Conta Tipo "B"	CPGF		
			Saque	Fatura	
UG1	UG200395	-	R\$66.529,73	17.499,74	84.029,47
	Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF	-	66.529,73	17.499,74	84.029,47

Fonte: NEOF/SR/RN

6.2.1.2 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

Quadro 6.2.1.2.1 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador (Quadro A.5.10 – Portaria TCU 150/2012).

Valores em R\$ 1,00

Código da UG	200395	Limite de Utilização da UG	300.000,00		
Portador*	CPF*	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
César de Macêdo Rêgo	369.990.834-87	6.300,00	0,0	3.467,48	3.467,48
Arnaldo Gonçalves Cabral	437.203.823-20	8.000,00	395,60	728,95	1.124,55
Marcelo Machado Guedes	745.338.357-91	24.000,00	2.095,00	8.803,75	10.898,75
Alexandre Cavalcanti B. Ferreira	494.965.901-44	8.000,00		2.624,08	2.624,08
José Leonardo Pereira Júnior	168.619.008-50	8.000,00	0,00	340,00	340,00
Regime Esp. Exec. Não Sigiloso	*	26.000,00	12.549,07	0,00	12.549,07
Regime Esp. Exec. Sigiloso	*	75.000,00	51.490,06	1.535,48	53.025,54
Total utilizado pela UG			66.529,73	17.499,74	84.029,47
Total utilizado pela UJ					

Fonte: NEOF/SR/RN

6.2.1.3 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ

Quadro 6.2.1.3.1 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica) (Quadro A.5.11 – Portaria TCU 150/2012).

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012	-	-	110	66.529,73	24	17.499,74	84.029,47
2011	-	-	163	86.241,35	44	38.422,53	124.663,86
2010	-	-	122	70.171,22	36	73.745,37	143.916,59
2009	-	-	104	47.116,57	50	68.695,81	115.812,38

Fonte: NEOF/SR/RN e SIAFI

6.2.1.4 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

Quadro 6.2.1.4.1 – Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF) (Quadro A.5.12 – Portaria TCU 150/2012).

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	16	84.029,47	31	124.663,88	26	143.916,59

Fonte: NEOF/SR/RN e SIAFI

6.2.1.5 Análise Crítica

Os supridos que executaram despesas sob o regime especial de execução tiveram seus nomes e CPFs omitidos, em observância ao §1º do art. 4º da Decisão Normativa TCU N° 108/2010. Portanto na tabela supra, constam apenas os somatórios dos valores gastos sob o regime especial de execução.

Em 2012, nesta Unidade Jurisdicionada, houve redução de 33% no total das despesas pagas mediante suprimento de fundos, em relação ao ano de 2011, conforme é possível observar nos quadros acima. Esta redução significativa se deve redução de operações realizadas em decorrência da greve ocorrida no Departamento de Polícia Federal.

7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

7.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

7.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

7.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

Quadro 7.1.1.1.1 - Situações que reduzem a força de trabalho da UJ (Quadro A.6.2 da Portaria TCU 150/2012).

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	06
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	06
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	-
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	-
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	09
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	04
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	03
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	01
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	01
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	-
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	23
4.1. Doença em Pessoa da Família	-
4.2. Capacitação	23
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	-
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	-
5.2. Serviço Militar	-
5.3. Atividade Política	-
5.4. Interesses Particulares	-
5.5. Mandato Classista	-
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	36

Fonte: SRH/SR/DPF/RN-situação apurada em 31/12

7.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

Quadro 7.1.2.1 - Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Quadro A.6.3 da Portaria TCU 150/2012).

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	04	04	-	-
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	04	04	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	04	04	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções gratificadas	22	22	-	-
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	22	22	-	-
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	26	26	-	-

Fonte: SRH/SR/DPF/RN - situação apurada em 31/12

Quadro 7.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade (Quadro A.6.5 da Portaria TCU 150/2012).

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	-	0,78%	15,89%	73,24%	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	0,78%	15,89%	73,24%	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	-	10,09%	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	1,56%	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-	8,53%	-	-	-
3. Totais (1+2)	-	-	-	0,78%	15,89%	83,33%	-	-	-

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Planilha SRH/SIAPE - Situação apurada em 31/12

7.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro 7.1.3.1 – Custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores(Quadro A.6.6 da Portaria TCU 150/2012).

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2012	30394335,72	0	2575691,08	1010121,96	1300481,40	712156,26	631772,74	2069,49	380891,13	37007519,78
	2011	30532750,67	0	2635492,95	979972,72	1272930,28	660275,01	579640,35	0	297876,90	36958938,88
	2010	30476211,48	0	2626983,05	1036652,02	1068068,46	674091,51	558127,47	1330,18	283551,10	36725015,27
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	735384,64	61217,06	65083,87	27610,45	15517,00	22392,07	306,09	0	7628,74	935139,92
	2011	899474,50	71657,89	82831,38	20620,70	20628,00	15168,86	423,79	0	5535,18	1116340,30
	2010	919174,32	74937,39	82831,38	41589,95	15752,00	492,77	1194,32	0	3530,62	1139502,75
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2012	3827526,42	66596,43	360869,78	104245,88	101310,26	85222,79	40548,94	2550,8	30679,21	4619550,51
	2011	3779023,81	64513,24	296147,10	118209,52	100909,89	62030,31	37750,75	0	30299,25	4488883,37
	2010	3933991,26	66347,52	335024,68	159197,46	87749,48	22637,56	31289,68	2718,66	26844,36	4665800,66

Fonte: SRH/SR/DPF/RN

7.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

7.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Quadro 7.1.4.1.1 – Composição do quadro de servidores inativos - situação apurada em 31/12 (Quadro A.6.7 da Portaria TCU 150/2012).

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	07	-
1.1 Voluntária	07	-
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	-	-
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional	-	-
2.1 Voluntária	-	-
2.2 Compulsória	-	-
2.3 Invalidez Permanente	-	-
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	07	-

Fonte: SRH/SR/DPF/RN

7.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.

Não há, no âmbito do Setor de Recursos Humanos desta unidade descentralizada controle interno para detectar possível acumulação. O SRH, no entanto, cobra dos servidores, quando necessária, a declaração de não acumulação de cargos. O controle de eventual irregularidade é exercido pela CGU.

7.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.

Não houve registro de acumulação indevida de cargos no exercício de 2012. Há um processo, instruído pelo TCU, que investigou tal ocorrência, não havendo, no entanto, comunicação a este SRH sobre a confirmação de tal fato.

7.1.7 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

- Absenteísmo - Os registros de frequência não indicam ocorrência de faltas de servidores ao serviço.

- Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais- No decorrer do ano de 2012, foi instaurado 1 procedimento especial de acidente em serviço pela Corregedoria, o qual ainda aguarda homologação.

Desde a assinatura do Termo de Cooperação Técnica nº 003/2010, de 10.10.2010, assinado pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão e vários órgãos da Administração Direta, dentre eles o DPF, todos os afastamentos por motivo de saúde são homologados pelo SIASS (Subsistema Integrado de Atenção a Saúde do Servidor), Unidade UFRN, que realiza também as perícias e juntas médicas. Em contrapartida, cumprindo uma das cláusulas do referido acordo, o

DPF cedeu dois médicos que têm dado parte de suas jornadas de trabalho em atendimento na unidade do SIASS.

- Doenças Ocupacionais – Não há registros no SRH da natureza das doenças ocupacionais. Os afastamentos, conforme mencionado no item precedente, são homologados pelo SIASS.

- Rotatividade (**turnover**) – A análise do fenômeno é feita pela Diretoria de Gestão de Pessoa.

- Educação Continuada – Atribuição da Academia Nacional de Polícia e seus representantes nas unidades descentralizadas.

- Disciplina - A cargo da Corregedoria Regional da SR/DPF/RN. As punições são comunicadas ao SRH para os devidos registros nos assentamentos funcionais. Todas as ocorrências são publicadas em Boletim de Serviço.

7.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

7.2.1 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada.

Quadro 7.2.1.1 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva (Quadro A.6.17 – Portaria TCU 150/2012)

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional de Polícia Federal no Rio Grande do Norte													
UG/Gestão: 200394/00001							CNPJ: 00.394.494/0036-66						
Informações sobre os contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	16/2009	07.442.731/0001-36	01/01/2010	Até 60 meses	17	17	-	-	-	-	P
2009	V	O	17/2009	05.312.066/0001-30	01/01/2010	Até 60 meses	27	27	-	-	-	-	P
Observação:													
LEGENDA: Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Área de gerenciamento de CONTRATOS/SELOG/SR/DPF/RN

7.2.2 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro 7.2.2.1 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra. (Quadro A.6.18 – Portaria TCU 150/2012)

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional de Polícia Federal no Rio Grande do Norte													
UG/Gestão: 200394/00001							CNPJ: 00.394.494/0036-66						
Informações sobre os contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	3	O	009/2009	40.765.240.0001/00	13/04/2009	31/12/2012	-	-	03	03	01	01	E
2009	9	O	019/2009	03.151.133/0001-57	01/01/2010	Até 60 meses	01	01	06	06	-	-	P
2009	9	O	020/2009	70.315.650/0001-01	01/01/2010	Até 60 meses	-	-	04	04	-	-	P
2012	5	O	003/2012	07.442.731/0001-36	02/01/2012	Até 60 meses	-	-	14	14	-	-	A
2011	5	O	010/2011	11.786.359/0001-52	01/05/2011	Até 60 meses	-	-	14	14	-	-	P
2011	9	O	013/2011	09.171.533/0001-00	01/08/2011	Até 60 meses	01	01	-	-	-	-	P
2012	4	O	006/2012	08.966.334/0001-26	02/01/2012	Até 60 meses	03	03	-	-	-	-	A

Observação:

LEGENDA:

Área:

1.	Segurança;	10.	Brigadistas;
2.	Transportes;	11.	Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
3.	Informática	12.	Outras.
4.	Copeiragem;		
5.	Recepção;		
6.	Reprografia;		
7.	Telecomunicações;		
8.	Manutenção de bens móveis;		
9.	Manutenção de bens imóveis;		

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
 Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Área de Gerenciamento de Contratos/SR/DPF/RN

7.2.3 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro 7.2.6.1 - Composição do quadro de estagiários (Quadro A.6.19 da Portaria TCU 150/2012).

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	06	08	08	07	46.647,00
1.1 Área Fim	-	-	-	-	
1.2 Área Meio	06	08	08	07	46.647,00
2. Nível Médio	21	22	20	20	78.815,00
2.1 Área Fim	-	-	-	-	
2.2 Área Meio	21	22	20	20	78.815,00
3. Total (1+2)	27	30	28	27	125.462,00

Fonte: SRH/SR/DPF/RN

8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

8.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

As normas que regulam a constituição e a forma de utilização da frota de veículos são:

- a) O Decreto nº 6.403 de 17 de março de 2008;
- b) Instrução Normativa Nº 03/2009-DG/DPF, de março de 2009;
- c) Instrução Normativa Nº 34/2010-DG/DPF.

A frota de veículos tem papel de grande importância nas atividades desta Regional. Na atividade-fim, tanto de polícia judiciária quanto de polícia preventiva, as viaturas possibilitam os deslocamentos necessários ao cumprimento de diversas atividades da área fim tais como realização de diligências investigativas em todos os municípios sob as circunscrições da SR/DPF/RN e DPF/MOS/RN as quais abrangem todo o Estado do Rio Grande do Norte.

As atividades de fiscalização relativas à polícia preventiva também ocorrem em todo o Estado, sendo os que os deslocamentos para tanto ocorrem, em regra, através das viaturas de uma das duas Unidades.

A atividade-meio também se utiliza de viaturas das Unidades para a realização de diversas atividades essenciais para a rotina administrativa tanto da SR/DPF/RN quando da DPF/MOS/RN.

A média anual de quilômetros rodados por veículos é de 10.047,05 km/viatura.

Idade média da frota é de 3,5 anos.

Custos da frota:

- a) Combustível: R\$ 206.225,59
- b) Manutenção: R\$ 144.166,38

A substituição dos veículos da frota ocorre através da DLOG/DPF, portanto o plano de substituição fica a cargo daquela diretoria.

O modelo adotado pelo DPF no tocante as viaturas, qual seja, a aquisição fica a cargo dos órgãos centrais.

Atualmente tanto a SR/DPF/RN quanto a DPF/MOS/RN utilizam de modo parcial um sistema informatizado de controle de frota encontrado no SIGEPOL. A adoção parcial desse sistema tem trazido dificuldades à gestão eficiente e econômica da frota.

Quadro 8.1.1 - Quadro de quilometragem rodada (*)

ANO	Quilômetros rodados (Km)			
	TOTAL FROTA	MÉDIA MENSAL FROTA	MÉDIA ANUAL POR VTR	MÉDIA MENSAL POR VTR
2012	707.513,00	58.959,42 (a)	10.047,05 (b)	837,25 (c)

Cálculo das médias de quilometragem mensal da frota, média anual por veículo e média mensal por viatura:

a. MÉDIA MENSAL DA FROTA (MMF) = QUILOMETRAGEM TOTAL DA FROTA / 12

$$\text{MMF} = 707.513,00/12$$

$$\text{MMF} = 58959,42 \text{ quilômetros}$$

b. MÉDIA ANUAL POR VTR (MAV) =
$$\frac{707.513,00}{1 \times 68 + 4 \times 75 + 2 \times 77 + 3 \times 80 + 1 \times 83}$$
$$\frac{707.513,00}{12}$$

$$\text{MAV} = 10.047,05 \text{ quilômetros}$$

c. MÉDIA MENSAL POR VIATURA (MMV) =
$$\frac{58.959,42}{70,42}$$

$$\text{MMV} = 837,25 \text{ quilômetros}$$

8.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

8.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro 8.2.1.1 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União (Quadro A.7.1 da Portaria TCU 150/2012)

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	Rio Grande do Norte	03	02
	Natal	01	01
	Mossoró	01	01
	Macaíba	01	00
Subtotal Brasil		03	02
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1	-	-
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		03	02

Fonte: SPIUnet.

8.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro 8.2.2.1 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros (Quadro A.7.2 da Portaria TCU 150/2012)

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	Rio Grande do Norte	01	01
	Mossoró	01	01
Subtotal Brasil		01	01
EXTERIOR	PAÍS 1	-	-
	cidade 1	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		01	01

Fonte: SPIUnet.

8.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

Quadro 8.2.3.1 – Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ (Quadro A.7.3 da Portaria TCU 150/2012).

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas **	Com Manutenção
200394	1761.00348.500-7	13	Muito bom	19.796.234,20	26/06/2012	29.630.745,30	22.928,80	659.877,63
200394	1759.00099.500-2	*	Bom	1.381.350,00	27/03/2012	1.381.350,00	-	20.199,18
200394	1759.00095.500-0	13	Terreno Mossoró/RN	24.373,13	08/09/2010	24.373,13	-	-
200394	1741.00034.500-5	13	Terreno Macaíba/RN	76.403,79	14/03/2012	76.403,79	-	2.750,18
Total							22.928,80	682.826,99
Fonte: SIAFI e SPIUnet.								

* Imóvel locado de terceiros, onde atualmente funciona a Delegacia de Polícia Federal em Mossoró/RN.

** O valor informado para a despesa com reforma, refere-se à construção da Sala de Contenção da SR/DPF/RN em local onde antes funcionava um alojamento. O citado valor foi custeado com recursos oriundos do TAC (Termo de Ajuste de Conduta) dos autos da Reclamação nº 78000-12.2011.5.21.0004 - 4ª Vara do Trabalho de Natal/RN.

8.3 Análise Crítica

Vale informar que, quanto ao Quadro 8.2.1.1 acima, em 06/08/2012 foi lavrado o Termo de Entrega firmado entre a Secretaria do Patrimônio da União e a SR/DPF/RN referente a uma área em terreno de propriedade da União, antes pertencente ao extinto DNER, situado na BR 304, no município de Macaíba/RN, a qual se destinará à guarda de veículos apreendidos, havendo, contudo, a necessidade de serem realizados alguns serviços de engenharia visando o melhoramento da infraestrutura da referida área para ser dado início ao uso do local para o fim a que se destina.

No tocante ao imóvel locado por esta Regional para o funcionamento da Delegacia de Polícia Federal no município de Mossoró/RN, cabe frisar que esta Unidade vem realizando esforços no sentido de viabilizar a futura construção da sede definitiva da Delegacia em apreço, havendo, inclusive, a disponibilidade de terreno, entregue pela Secretaria do Patrimônio da União à SR/DPF/RN em 2010. Contudo, a construção supracitada ainda não foi priorizada pelo DPF, tendo em vista a existência de outras superintendências e delegacias no país em estado muito mais precário, bem como pelos escassos recursos disponibilizados à Polícia Federal para realização de obras.

Em relação às despesas no exercício com os imóveis sob a responsabilidade da Unidade, o valor informado para a despesa com reforma refere-se à construção da Sala de Contenção da SR/DPF/RN em local onde antes funcionava um alojamento. Entretanto, vale frisar que a reforma em questão foi custeada com recursos oriundos de TAC (Termo de Ajuste de Conduta) resultante dos autos da Reclamação nº 78000-12.2011.5.21.0004 – da 4ª Vara do Trabalho de Natal/RN.

9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

9.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Quadro 9.1.1 – Gestão da tecnologia da informação da unidade jurisdicionada (Quadro A.8.1 da Portaria TCU 150/2012).

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
X	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	X aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	X aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	X aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	X aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
X	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
X	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
X	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
X	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
X	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	

	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
X	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
X	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
X	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
X	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
X	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(4) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	() no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	() no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
X	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
X	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).

9.2 Análise Crítica

O Núcleo de Tecnologia Informação – NTI/SR/DPF/RN é a representação da Coordenação Geral de Tecnologia da Informação do DPF – CGTI/GAB/DPF, englobando todas as competências relacionadas às atividades de informática e telecomunicações das unidades internas e externas da Polícia Federal no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte, com subordinação hierárquica/administrativa ao GAB/SR/DPF/RN e técnica/normativa às Divisões de Informática (DINF) e Telecomunicações (DITEL) da CGTI/GAB/DPF.

Os objetivos e ações estratégicas que envolvem a TI no DPF são de atribuição exclusiva da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI/GAB/DPF, que regula e normatiza as atividades, metas e diretrizes relacionadas à área de TI, e que responde institucionalmente pela TI das unidades descentralizadas junto ao Centro Integrado de Gestão Estratégica – CIGE/DG/DPF. Estão assim elencadas na Portaria 1735/2010-DG/DPF, de 03/11/2010, a saber:

9.8. Objetivo Institucional: Consolidar a Governança em Tecnologia da Informação. Estruturar as práticas, padrões, processos, recursos e relacionamentos na área de Tecnologia da Informação, aprimorando seus serviços e agregando valor à instituição.

9.8.1. Ação Estratégica: Alinhamento da TI à Gestão Policial: Planejar, aplicar e controlar os recursos de Tecnologia da Informação, gerindo com eficiência os sistemas de informação, e alinhando-se estrategicamente aos objetivos da Administração, no sentido de emprestar o apoio tecnológico necessário à consecução dos projetos e atividades da Polícia Federal, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e a capacitação adequados.

9.8.2. Ação Estratégica: Melhoria da Infraestrutura e Serviços de TI e Telecomunicações: Adequar, modernizar e expandir a arquitetura, rede e infraestrutura de TI e de telecomunicações, levantando os recursos necessários para uma eficiente atuação por parte da Tecnologia da Informação, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e a capacitação adequados.

O Plano Estratégico da Polícia Federal não contempla indicadores e metas. Porém, está em execução o Projeto “Construção de Indicadores de Desempenho do Plano Estratégico da Polícia Federal (2010-2022)”, cujo objetivo é o desenvolvimento e a implantação de técnicas para monitoramento do alcance dos objetivos institucionais.

10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro 10.1.1 - Gestão ambiental e licitações sustentáveis(Quadro A.9.1 da Portaria TCU 150/2012).

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 				X	
	- aquisição de papel reciclado; - neutralização da emissão de CO ² por meio do plantio de mudas de árvores nativas.				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 	X				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 					X
	Papel Reciclado				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? 	X				
	Sim ()		Não ()		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 	X				
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X			
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 				X	
	Através de comunicação oficial (memorando) e				

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
	publicação de aviso na intranet.				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 				X	
	1) Distribuição de Folders nas Delegacias com a devida publicidade do Programa Carbono Neutro, sendo destacado o plantio de árvores, veiculado pela imprensa local.				
<p>Considerações Gerais:</p> <p>Metodologia utilizada pela UJ para analisar os quesitos: Considerando que a Comissão Permanente de Licitações e a Área de Gerenciamento de Contratos da SR/DPF/RN lidam diretamente com várias questões inerentes aos quesitos supracitados, o questionário foi respondido por 01 (um) funcionário lotado em cada um dos referidos setores. Em continuidade ao Programa Carbono Neutro, esta Jurisdicionada deverá realizar, em 2013, o plantio de cerca de 764 mudas de árvores nativas em todo o Rio Grande do Norte. Finalmente, cumpre destacar as seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> Continuidade dos trabalhos da CICE - Comissão Interna de Conservação de Energia, (Constituída através da portaria 32/2011 de 14/03/2011); Os servidores e terceirizados da Superintendência não utilizam copos descartáveis, sendo estes disponibilizados apenas para visitantes, reduzindo consideravelmente a aquisição desse material; Sensores de presença para iluminação de escadas de acesso, reduzindo o consumo de energia; Utilização do SIGEPOL, possibilitando a confecção de memorandos digitais, reduzindo o consumo de papel; Solicitação de material de forma digital, através do e-LOG; Continuidade do projeto piloto, na área do SELOG e SRH da SR/DPF/RN, de instalação de interruptores de luz nas salas, visando reduzir o consumo de energia, o qual deverá ser expandido em 2013; Desligamento automático do ar condicionado central no final do expediente. <p>. Com relação à coleta seletiva, houve uma descontinuidade da logística em função do término do convênio com a cooperativa de catadores, o que acarretou a interrupção da coleta e destinação dos resíduos recicláveis, razão pela qual a avaliação baixou de 5 para 2.</p>					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

10.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Quadro 10.2.1 – Consumo de papel, energia elétrica e água (Quadro A.9.2 da Portaria do TCU 150/2012)

Valores em R\$ 1,00

<i>Adesão a Programas de Sustentabilidade</i>						
<i>Nome do Programa</i>	<i>Ano de Adesão</i>			<i>Resultados</i>		
<i>Recurso Consumido</i>	<i>Quantidade</i>			<i>Valor</i>		
	<i>Exercícios</i>					
	<i>2012</i>	<i>2011</i>	<i>2010</i>	<i>2012</i>	<i>2011</i>	<i>2010</i>
<i>Papel</i>	2431	1384	750	R\$ 23.460,00	R\$ 13.709,87	R\$ 6.706,50
<i>Água(m3)</i>	10.439	6.680	6.674	R\$112.379,8	R\$ 108.273,75	R\$102.387,97
<i>Energia Elétrica (Kwh)</i>	1.427.567,91	1.522.922,11	1.422.997,52	R\$467.517,6	R\$ 478.411,53	R\$488.585,55
			Total	R\$593.607,3	R\$ 610.145,28	R\$597.680,02

Fonte: NEOF/SR/RN

11. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

11.1 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

11.1.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro 11.1.1.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR (Quadro A.10.5 da Portaria TCU 150/2012)

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	04	-	-
	Entregaram a DBR	04	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	22
	Entregaram a DBR	-	-	22
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

Fonte: SRH/SR/DPF/RN

11.1.2 Análise Crítica

O Setor de Recursos Humanos (SRH) da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Norte vem cumprindo as obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730/1993, bem como da Lei 8112/90, de maneira que todos os servidores desta Unidade Jurisdicionada que estão obrigados, por força de lei, à entrega das suas Declarações de Bens e Rendas (DBR), são instados a fazê-lo anualmente.

Adicionalmente, os servidores desta Unidade também têm autorizado o acesso das suas Declarações Anuais de Ajuste de Imposto de Renda, apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil, por intermédio de assinatura e entrega ao SRH de Termo de Autorização de Acesso, cujo modelo de documento foi estabelecido pela Coordenação de Recursos Humanos do DPF, para fins de cumprimento da exigência contida no parágrafo 4º do art. 13 da Lei nº 8.429, de 1992, tendo em vista o disposto no parágrafo 2º do art. 3º do Decreto nº 5.483, de 30 de junho de 2005.

Em relação às autoridades referidas no quadro acima, não há pendências, tendo todos os servidores, cumprido a obrigação. Cabe ao SRH o controle das informações, mantendo em planilha eletrônica a relação dos servidores que firmaram a autorização, bem como aqueles que optam pela entrega anual da declaração de bens. O documento é arquivado lacrado na pasta funcional do servidor. O acesso às pastas funcionais somente é franqueado aos servidores lotados no SRH. Finalmente, cabe esclarecer que eventual incompatibilidade de patrimônio com a remuneração recebida pelo servidor não é objeto de análise por parte do Setor de Recursos Humanos, que não tem atribuição normativa interna para tanto.

11.2 Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

Quadro 11.2.1 - Declaração do responsável pela área de contratos (Quadro A.10.6 da Portaria TCU 150/2012).

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa (UJ)	Código da UG
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Norte	200394
<p>Eu, Gilmara Vicente de Oliveira, CPF nº 554.025.001-00, ocupante do cargo de Agente Administrativo, exercido na Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Norte, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos celebrados pela SR/DPF/RN estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, de acordo com o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008 e suas correspondentes em exercícios anteriores.</p> <p>No que tange, especificamente, às atribuições da Gestão de Contratos, os dados são lançados e atualizados, tanto no SIASG, quanto no e-LOG (novo sistema informatizado de controle administrativo implantado na Polícia Federal), à medida que novos contratos são firmados, prorrogados e/ou apostilados.</p> <p>Com relação ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, esta Superintendência não firma convênios, contrato de repasse, termo de parceria ou outro instrumento congêneres. Tal atribuição é privativa do Órgão Central do DPF. Os termos de convênio existentes nesta Regional não implicam em repasses financeiros.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p> <p>Natal/RN, 28 de março de 2013.</p> <p>Gilmara Vicente de Oliveira CPF 554.025.001-00 Agente Administrativo/SR/DPF/RN</p>	

12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

12.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

12.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

Esta Superintendência Regional vem cumprindo com as determinações constantes na Norma Brasileira de Contabilidade, tendo realizado a depreciação de bens móveis elencados no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, por meio da ferramenta GESTÃO ELETRÔNICA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA (e-LOG), pelo método linear. Quanto aos demais bens não previstos no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, e a amortização, o DPF irá, em conformidade com os itens 13 e 16 da referida macrofunção, propor à STN os critérios e prazos para implementação. Não há bens sujeitos a exaustão.

Quanto à aplicação da NBCT 16.10, a UJ realizou a avaliação dos bens elencados no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, por meio da comissão de avaliação instituída pelas Portarias n°s 006/2012-GAB/SR/DPF/RN (conta 14.212.5200-viaturas) e 007/2012 - GAB/SR/DPF/RN (conta 14.212.3500-informática), em conformidade com as orientações da referida macrofunção e da MOC 11/2011 – DLOG/DPF. Quanto às demais contas patrimoniais não previstas no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, o DPF irá, em conformidade com os itens 13 e 16 da referida macrofunção, propor à STN os critérios e prazos para implementação.

A Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo (bens móveis) foram as estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30. Já a metodologia utilizada para o cálculo da depreciação e amortização é a linear, que também foi estabelecida pelo referido Manual da STN.

As taxas utilizadas para os cálculos, também foram as estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30.

A metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido foi a prevista no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, e na MOC 11/2011 – DLOG/DPF, além de consultas à tabela FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, para os veículos e ao Mercado Livre, para os equipamentos de informática.

Por fim, o impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício, foi o seguinte:

NBC T 16.9. Sob o ponto de vista contábil, a depreciação gerou uma variação passiva não orçamentária na Demonstração das Variações Patrimoniais. Sob o ponto de vista gerencial, a depreciação evidencia a redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência, fornecendo uma base monetária mais confiável para efeito de tomada de decisões.

NBC T 16.10. Quanto à avaliação, sob o ponto de vista contábil, o registro da avaliação, considerando a mudança de critérios contábeis previstos no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, foi realizado diretamente a conta Ajustes de Exercícios Anteriores do Patrimônio Líquido. Sob o ponto de vista gerencial, a avaliação busca garantir a confiabilidade da base monetária dos itens avaliados, a fim de espelhar o valor justo para a tomada de decisões.

12.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

12.2.1 Declaração Plena

Quadro 12.2.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada. (Quadro A.11.1 da Portaria TCU 150/2012).

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Superintendência Regional no Estado do Rio Grande do Norte – SR/DPF/RN			200394 - 200395
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6, aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativas ao exercício 2012, refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO, em relação à UG 200394, no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <p>a) a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;</p> <p>b) o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e</p> <p>c) a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	BRASÍLIA/DF	Data	31/01/2013
Contador Responsável	CHEILA ANDRADE MEDEIROS	CRC n.º	DF-015371/O-4

13 – OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ E DIFICULDADES ENFRENTADAS NA GESTÃO

13.1 Providências adotadas pelo DPF para regularizar a terceirização de serviços relacionados ao controle migratório.

Em atendimento ao item 9.1.3 do Acórdão 1.449/12 – TCU Plenário, que determina a inclusão de item específico nos Relatórios de Gestão de 2012 a 2016 versando sobre as providências adotadas pelo DPF para regularizar a terceirização de serviços relacionados ao controle migratório (consoante as disposições do Decreto 2271/97 e as determinações descritas nos subitens 9.1.1 do citado Acórdão, abaixo transcrito), informa-se que a Direção-Geral do DPF expediu ao Tribunal de Contas da União o Ofício 885/2012-GAB/DG/DPF, de 20 de dezembro de 2012, que encaminhou o Plano de Ação, no qual constam informações quanto às ações, aos prazos e aos responsáveis pelas medidas necessárias ao cumprimento do disposto na decisão do egrégio Tribunal.

“9.1.1 elabore e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da ciência, plano de ação para regularizar a terceirização de serviços relacionados diretamente ao controle migratório, de modo a substituir, gradualmente e sem prejuízo à continuidade do serviço, os terceirizados que executam tarefas típicas de controle migratório por servidores do seu quadro permanente, porquanto se trata de atividade tipicamente finalística desse órgão, cuja terceirização é vedada nos termos do art. 1º, § 2º, do Decreto nº 2271/97; (...)”

Em atendimento ao constante do item 9.1.2 do referido acórdão, informar-se que durante o exercício de 2012 foi observado nível mínimo de supervisão dos terceirizados nos serviços de controle migratório, por esta Unidade Jurisdicionada, conforme a proporção indicada pela Coordenação-Geral de Polícia de Imigração – CGPI.

13.2 Principais gastos de custeio da SR/DPF/RN

Foram relacionados no quadro abaixo os gastos mais relevantes com o custeio da SR/DPF/RN nos últimos 04 (quatro) exercícios financeiros. São dignas de destaque as economias de recursos obtidas com telefonia (após instalação de nova central telefônica que possibilitou implantação do sistema VOIP). O aumento do gasto com mão-de-obra terceirizada se deve prioritariamente às repactuações realizadas para promover o reequilíbrio econômico financeiro dos contratos. Houve redução do gasto com combustível, tal fato foi ocasionado pela diminuição de operações realizadas em decorrência da greve ocorrida no exercício. Ainda, Em decorrência da realização da conferência Rio+20 houve acréscimo em torno de 50% das despesas com passagem aérea.

Quadro 13.2.1 – Principais gastos de custeio da SR/DPF/RN.

ITENS RELEVANTES DE CUSTEIO				
DESCRIÇÃO	2009	2010	2011	2012
Locação de Mão-de-Obra - Vigilância Ostensiva	964.813,80	863.196,02	872.839,15	937.457,40
Locação de Mão-de-Obra - Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	419.440,54	664.904,17	745.602,13	654.299,86
Serviços de Energia Elétrica	418.250,44	477.286,29	489.116,00	467.517,62
Locação de Mão-de-Obra - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	354.709,38	488.585,55	478.411,53	610.682,27
Locação de Mão-de-Obra - Limpeza e Conservação	429.707,37	422.432,90	345.931,51	398.886,31
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	278.799,94	323.049,52	273.465,92	206.225,59
Peças para Manutenção de Viaturas	142.648,17	209.263,15	245.886,00	215.353,56
Serviços de Telecomunicações	401.737,90	434.583,31	245.646,14	222.380,21
Passagens Aéreas	380.962,18	330.578,58	232.356,66	348.984,35
Locação do Imóvel da sede DPF/MOS/RN	0,00	19.600,00	147.838,12	158.975,36
Serviços de Água e Esgoto	86.327,28	102.387,97	108.273,75	112.379,84
TOTAIS	3.879.406,00	4.337.877,46	4.187.377,91	4.333.142,37

13.3 Principais informações veiculadas pela Comunicação Social no ano de 2012:

A Comunicação Social no seu trabalho diário de divulgação expediu um total de 37 notas à imprensa sobre as mais diversas ações da Polícia Federal neste Estado.

A quase totalidade dos comunicados referiu-se às atividades de operações que resultaram sempre em grande interesse por parte veículos de comunicação, os quais repercutiram as notícias no meio social, dando ênfase às prisões seja por tráfico, porte ilegal de arma, roubo, estelionato, etc., e às diversas apreensões, notadamente, as resultantes do tráfico de drogas.

Distribuídas para uma rede de contatos dos mais diversos órgãos de imprensa, os assuntos cronologicamente abaixo listados receberam, no ano próximo pretérito, relevante destaque, seja na imprensa local, regional e/ou nacional:

03 DE JANEIRO – Expedida nota com o balanço anual das apreensões de drogas feito pela PF em 2011. O total apreendido (1,26 t) foi recorde no RN.

12 DE JANEIRO – A Polícia Federal autuou em flagrante um pescador que estava comercializando 98 lagostas no período do defeso.

07 DE FEVEREIRO - No Dia Internacional da Internet Segura, objetivando promover o uso responsável da rede mundial de computadores (evento organizado pela SaferNet Brasil, em parceria com o Comitê Gestor da Internet e o Ministério Público), policiais federais da Superintendência Regional do órgão em Natal, visitaram diversas *lan houses* instaladas nesta capital, ocasião em que afixaram cartazes, orientaram os responsáveis e usuários dos estabelecimentos quanto à utilização consciente e segura da internet, bem como, fizeram a distribuição entre a clientela do material promocional da campanha.

10 DE FEVEREIRO - A Polícia Federal prendeu em Natal, um ex-prefeito da cidade de São Bento do Norte/RN, acusado do crime previsto no art. 305 do Código Penal Brasileiro, por ter ocultado documentos diversos da época em que administrou aquele município, alguns deles, relacionados a programas e convênios federais.

07 DE MARÇO – Policiais da Delegacia da PF em Mossoró prenderam na BR 304, naquela cidade, um homem e uma mulher, ambos residentes em Santa Rita/PB, acusados de transportar cerca de 10 quilos de crack.

08 DE MARÇO – A PF apreendeu no aeroporto internacional Augusto Severo, em Parnamirim, uma estudante natalense, menor de idade, trazendo do Mato Grosso do Sul, 1,05 quilo de cocaína.

12 DE MARÇO - A PF prendeu nas praias de Graçandu, Pitangui e Muriú, litoral norte potiguar, cinco homens acusados de tráfico de drogas. Com o bando foram apreendidos, **19,5** quilos de cocaína que estavam camuflados na parte traseira de um veículo.

15 DE MARÇO - A Polícia Federal prendeu em um Shopping de Natal, um funcionário terceirizado da própria PF, lotado na área de imigração do Aeroporto Internacional Augusto Severo, em Parnamirim, no momento em que este recebia propina em dinheiro de um cidadão norueguês, sob o pretexto de que o estrangeiro havia ingressado no país em desacordo com a lei brasileira (OPERAÇÃO EXPURGO).

30 DE MARÇO - A PF prendeu no aeroporto internacional Augusto Severo, em Parnamirim/RN, um casal natalense, acusado de tráfico de drogas. A dupla estava com 2,1 kg de cocaína que estava camuflada como “barriga postiça” da mulher.

02 DE ABRIL - A Delegacia da Polícia Federal em Mossoró/RN prendeu uma dona de casa, cearense, de 37 anos, com **1,42** quilos de crack e **1,23** quilos de cocaína.

09 DE ABRIL – Foi expedida nota ao Jornal Tribuna do Norte que publicou matéria intitulada "Delegados sob investigação", inserida da edição do dia 08 de abril de 2012, onde a Polícia Federal foi citada indevidamente através de um dos seus servidores ora cedido à disposição da SESED.

10 DE ABRIL – Foi noticiado o III Curso de Coleta de Vestígios Biológicos, ministrado por peritos criminais federais da Área de Genética Forense do INC e destinado a PCF's lotados nas unidades de criminalística da PF na Região Nordeste. O encontro aconteceu no auditório da SR/RN.

18 DE ABRIL - Policiais da Delegacia da PF em Mossoró/RN, prenderam um empresário fluminense, acusado de utilizar apetrechos e documentos falsificados para se passar por policial federal e funcionário do Gabinete Institucional da Presidência da República.

20 DE ABRIL - A Polícia Federal deflagrou em Natal, a “Operação False Decision”, visando apurar suposto crime contra o sistema financeiro nacional resultante na manutenção de recursos no exterior, sem o conhecimento das autoridades legais. A medida cautelar foi realizada em residências, na sede e no escritório de uma empresa prestadora de serviços de turismo.

26 DE ABRIL - A PF prendeu no aeroporto internacional Augusto Severo, em Parnamirim/RN, um técnico contábil, amazonense, acusado de envolvimento com tráfico de drogas. A prisão aconteceu motivada por uma ordem judicial.

28 DE ABRIL - A Polícia Federal prendeu no aeroporto Augusto Severo, em Parnamirim/RN, um guia turístico, brasileiro, residente em Londres/Inglaterra. Contra ele existia a decretação de prisão preventiva expedida pela 5ª. Vara Criminal de Natal, sob acusação de crime de estelionato.

02 DE MAIO - Visando garantir a segurança quanto ao acesso de pessoas nas suas dependências e aumentar os dispositivos da segurança orgânica, a Superintendência Regional da PF e a Delegacia de Mossoró, implantaram um novo sistema de controle de acesso, o **Access Control**.

07 DE MAIO - A Polícia Federal autuou em flagrante, quatro pessoas acusadas de tentativa de fraude junto ao cartório da 5ª Zona Eleitoral de Macaíba, região metropolitana de Natal.

09 DE MAIO - A PF prendeu quatro acusados por tentativa de fraude durante o cadastramento biométrico realizado na 5ª Zona Eleitoral de Macaíba.

14 DE MAIO - A Polícia Federal prendeu no interior de uma agência bancária, no centro de Parnamirim, quatro pessoas acusadas de estelionato, formação de quadrilha e uso de documento falso.

29 DE MAIO – A Polícia Federal emitiu nota à imprensa sobre matérias publicadas concernentes a uma possível representação à Procuradoria Geral da República para investigar Desembargadores de Justiça no Rio Grande do Norte.

29 DE MAIO - A PF prendeu em Nísia Floresta/RN, duas pessoas acusadas de envolvimento com tráfico de drogas.

30 DE MAIO - A Polícia Federal e o Ministério Público do RN, com apoio do Conselho Administrativo de Direito Econômico (CADE), deflagraram em Mossoró, a “Operação Vulcano”. Foram cumpridos MBs em postos de combustível e na Câmara Municipal da cidade.

12 DE JUNHO - A PF prendeu no aeroporto internacional Augusto Severo, em Parnamirim/RN, um empresário do ramo de alimentos, acusado de ter fumado escondido no banheiro e exposto ao perigo, passageiros e tripulantes de um voo comercial.

13 DE JUNHO - A Polícia Federal prendeu em Parnamirim, três homens acusados de tráfico de drogas. Com eles, foram encontrados 88,2 quilos de crack e dois fuzis cal. 7,62, arma de uso restrito das Forças Armadas.

19 DE JUNHO - A PF prendeu no aeroporto internacional Augusto Severo, em Parnamirim/RN, dois comerciantes potiguares, acusados de crime de descaminho.

25 DE JUNHO - Policiais da Delegacia da PF em Mossoró prenderam naquela cidade, dois homens acusados de tráfico de drogas. Eles estavam com 10 kg de maconha.

04 DE JULHO - A Polícia Federal deflagrou a “Operação Pichadores Virtuais”, com apoio da 3ª Vara da Infância e Juventude de Natal/RN e do Ministério Público Estadual.

05 DE JULHO - A PF prendeu em Natal, um vigilante, condenado por furto. O homem era procurado pela justiça e tinha um mandado de prisão em aberto, expedido pela 3ª Vara Criminal do Distrito Judiciário da Zona Norte da capital.

06 DE JULHO - A Polícia Federal prendeu no interior de uma agência bancária em Natal, um vidraceiro, acusado de estar de posse e ter tentado depositar, um total de R\$ 50.000,00 em espécie, sendo que algumas das cédulas continham manchas comumente encontradas quando da explosão de dispositivos de segurança existentes em terminais de autoatendimento.

17 DE JULHO – A PF expediu nota à imprensa comunicando a incineração de mais de 1,1 toneladas de drogas em Natal.

27 DE AGOSTO - A Polícia Federal prendeu no aeroporto internacional Augusto Severo, em Parnamirim, uma africana, que levava **2,56 quilos** de cocaína para Lisboa/Portugal.

18 DE OUTUBRO - A PF prendeu no aeroporto internacional Augusto Severo, em Parnamirim, uma francesa que tentava sair do país, com destino a Bruxelas, Bélgica, levando na bagagem cerca de **2,18 quilos** de cocaína.

24 DE NOVEMBRO - A Polícia Federal prendeu em Ceará-Mirim, uma quadrilha de traficantes composta por três homens e duas mulheres. Eles foram flagrados com 474 quilos de maconha.

30 DE NOVEMBRO – A PF prendeu, em Ponta Negra, hospedado em um hotel, um soldador acusado de integrar uma quadrilha que vinha assaltando agências dos Correios no interior do Rio Grande do Norte.

27 DE DEZEMBRO - Cumprindo Termo de Compromisso, o Superintendente Kandy Takahashi e o Secretário da SEMURB, Sueldo Florêncio de Medeiros Costa plantaram mudas de espécies nativas no Parque da Cidade Dom Nivaldo Monte, em Natal. O evento fez parte do Programa de Neutralização e Redução das Emissões de Carbono Resultantes das Atividades da PF (CARBONO NEUTRO).

Outrossim, comunicamos que este Setor sempre dedica especial atenção na divulgação das atividades da PF junto ao público externo e, na medida do possível procura dinamizá-lo, uma vez que a mídia “on line” decididamente se impôs no mercado devido a sua instantaneidade em relação ao que é impresso. Sendo assim, utilizamos recursos próprios na elaboração de textos, fotos e imagens, que são produzidos, na maioria das vezes, quando do acompanhamento das lavraturas dos flagrantes, ainda que durante as madrugadas. Desse modo, ao clarear do dia, a “notícia pronta” e, de forma igualitária e sem “privilégios”, é repassada para os meios de comunicação.

Afora o zelo na divulgação da “imagem” da Polícia Federal para o grande público, a Comunicação Social também alimenta o Portal Intranet com postagens institucionais e, sempre que possível, leva o público interno a apreciar inserções criativas e diferenciadas, dando ênfase para notícias, curiosidades, motivação, entretenimento, etc., sem descuidar da história da Instituição, sendo disponibilizado matéria ilustrada com foco no passado/presente da PF em solo potiguar.

O trabalho policial, pelo seu dinamismo, na maioria dos casos, não é devidamente registrado, por isso o Portal também passou a listar o dia a dia das diversas atividades, as quais, preservando a memória da instituição, podem ser acessadas de forma permanente nas abas “A foto do fato” e “PF na mídia”, além do tradicional “Banco de Imagens”.

Quanto às dificuldades encontradas na implementação das ações, registre-se que elas decorrem basicamente de recursos materiais e do reduzido efetivo que a quase totalidade das Descentralizadas da PF dispõe para lidar com uma área tão ‘melindrosa’ e ao mesmo tempo, de enorme importância, como é o Setor de Comunicação Social, o qual, como sabemos, é responsável direto e além-fronteiras, pela “boa propaganda” da instituição.

13.4 Programa Carbono Neutro

Com relação a programas de sustentabilidade ambiental, pelo quinto ano consecutivo, a Polícia Federal no Rio Grande do Norte realiza o plantio de mudas de árvores para a compensação de gases de efeito estufa (GEE) gerados em todas as atividades desenvolvidas pela Unidade. Para o cálculo de medição do impacto ambiental, são levados em consideração: o consumo de combustível, energia elétrica, passagens aéreas e papel.

Embora a maneira mais eficiente de se fixar carbono seja através do plantio de espécies de crescimento rápido, a Polícia Federal preferiu utilizar mudas de espécies nativas e variadas, contribuindo, também, para a preservação e recuperação dos biomas de cada região. Em 2012, foram plantadas no Parque da Cidade Dom Nivaldo Monte, em Natal, cerca de 765 mudas de árvores nativas.

13.5 Implantação do Sistema GestaoNet (e-LOG e e-GP) no DPF

O Sistema GestaoNet é composto pelos subsistemas e-LOG (gestão da Logística) e pelo e-GP (gestão de pessoas). Desde o início do projeto, em 2009, a SR/RN tem participação fundamental no projeto, especialmente no provimento dos recursos humanos de TI para adaptação do sistema ao ambiente institucional. Porém, além desse suporte, a unidade também é pioneira na implantação de funcionalidades e atendimento de exigências oriundas dos órgãos centrais no tocante ao sistema. Sumariamente, em 2012, as seguintes atividades, separadas entre ações na SR/RN e ações nacionais (com apoio da equipe local), foram realizadas:

Sumariamente, em 2012, as seguintes atividades, separadas entre ações na SR/RN e ações nacionais (com apoio da equipe local), foram realizadas:

ALMOXARIFADO (e-LOG)

Nacional (2012): Consolidação do uso da gestão de material de consumo através do eLog em todo o país. No segundo semestre a DLOG instituiu a necessidade de cadastramento no sistema de todo o estoque de munição disponível nas unidades. Esse processo culminou com a redução da compra de munição, inicialmente prevista em R\$ 13 milhões, para R\$ 7,5 milhões;

SR/RN (2012): Implantação de toda a atividade de requisição, autorização e resuprimento de material de consumo usando o e-LOG;

Em 2013: Automatizar toda a cadeia de gestão de munição operacional e de treinamento, eventualmente consolidando os dados, conforme as exigências dos treinamentos dos policiais.

PATRIMÔNIO (e-LOG)

Nacional (2012): Consolidação do processo de depreciação e reavaliação dos bens móveis do órgão, conforme determinação da STN (Secretaria do Tesouro Nacional), área em que a PF tem sido pioneira; Desenvolvimento de mecanismo inédito de integração com o SIAFI, permitindo assim que boa parte da operação de gestão de bens ocorresse no e-LOG, sendo automaticamente exportada para o SIAFI, por força de normativo;

SR/RN (2012): Primeira unidade a fazer a reavaliação de bens usando o e-LOG, segundo os critérios definidos pela SECONT/COF/DLOG;

Em 2013: Continuar o desenvolvimento das demais integrações entre eLog e SIAFI, especialmente nas operações de tombamento e reavaliação; Validar inconsistências históricas de dados patrimoniais em algumas unidades gestoras (não é o caso da SR/RN). Incentivar o uso das operações de chamado patrimonial (conserto, movimentação, etc).

CAUTELAS (e-LOG) Nacional (2012): Adequação do processo de acautelamento do eLog ao padrão do DPF; Suporte à DLOG na execução da determinação de acautelamento de todo o armamento da PF, usando o e-LOG;

SR/RN (2012): Acautelamento de 179 pistolas GLOCK aos servidores - de um total de 230 na carga da SR (78%). Na PF esse número está na ordem de 38%;

Em 2013: Concluir os acautelamentos e operacionalizar um procedimento (já definido) para garantir que o acautelamento de armamento com servidores removidos entre Unidades Gestoras.

CONTRATOS (e-LOG)

Nacional (2012): Consolidação da gestão de contratos na PF usando o e-LOG;

SR/RN (2012): Todos os contratos desde 2007 geridos no e-LOG;

Em 2013: Desenvolver o mecanismo de integração automática para escrita dos dados do e-LOG no SICON, permitindo que a gestão se dê exclusivamente no e-LOG, ainda que atendendo aos normativos que exigem alimentação do SICON; Na SR/RN fortalecer o uso do mecanismo de fiscalização, permitindo que todo o “fluxo de atesto” das notas fiscais seja feito no sistema.

CADASTRO DE RH (e-GP)

Nacional (2012): Desativação do sistema SRH, com décadas de uso, substituído pelo e-GP; o módulo inclui o registro de toda a vida funcional dos servidores da PF, incluindo os diversos assentamentos previstos na legislação. Todos os milhões de dados do SRH foram importados para o e-GP. Vários mecanismos de integração entre e-GP e SIAPE;

SR/RN (2012): Dados funcionais dos servidores sendo alimentados no e-GP desde setembro de 2012.

Em 2013: Abrir as requisições de serviços e assentamentos a todos os servidores, para que estes possam solicitar e os SRHs validem e/ou solicitem mais informações, bem como ampliar a interação com o sistema SIAPE para migração dos dados alimentados no e-GP.

DDO (e-LOG) e Férias (e-GP)

Módulos em fluxo regular, com ajustes contínuos decorrentes da evolução natural dos mesmos e/ou mudanças nas regras de negócio.

TRANSPORTES (e-LOG)

Nacional (2012): Ajustes dos módulos para adequação à realidade da PF. Em fase final de homologação;

Em 2013: Implantação prevista para o primeiro semestre.

GESTÃO DOCUMENTAL - Protocolo (e-LOG)

Nacional (2012): Ajustes dos módulos para adequação à realidade da PF. Em fase final de ajustes e homologação;

Em 2013: Substituição do SIAPRO, atendendo protocolo, arquivo e memorando eletrônico nacional. O módulo atenderá a normatização e os padrões deferidos pelo arquivo nacional.

14 - RESULTADOS E CONCLUSÕES

No tocante ao atingimento da meta de 120% (cento e vinte por cento) de produtividade estipulada pela Direção Geral do DPF com base na relação de inquéritos relatados/instaurados, a título comparativo, verifica-se que no ano de 2011 esta SR/DPF/RN atingiu o índice de **107%** (cento e sete por cento), ao passo que no ano de 2012 o índice recuou para **74%**, (setenta e quatro por cento), decorrente do expressivo aumento do número de inquéritos policiais instaurados, de 749 (setecentos e quarenta e nove) em 2011 para 920 (novecentos e vinte) em 2012, principalmente por se tratar de um ano eleitoral em que há forte demanda preventiva e repressiva à prática, em tese, de infrações penais de natureza eleitoral. Em contrapartida, ocorreu considerável diminuição do número de Autoridades Policiais que conduzem investigações que passou de 24 (vinte e quatro) para apenas 15 (quinze) Delegados de Polícia Federal apenas de um ano pra outro. Portanto, levando-se em consideração a diminuição do efetivo, é digno de registro que a produtividade média percapita de conclusão das investigações subiu de 33 (trinta e três) para 45 (quarenta e cinco) inquéritos policiais por Autoridade Policial, o que demonstra um incremento da produtividade, embora os números absolutos não reflitam este quadro. É digno de registro, ainda, que a deflagração de movimento grevista que perdurou quase 70 dias, no período compreendido de 07 de agosto a 15 de outubro de 2012 refletiu diretamente no andamento, evolução e conclusão das investigações policiais no ano passado.

Nos exercícios seguintes deverão ser fortalecidos os trabalhos correicionais, além da realização de mais reuniões com órgãos do Poder Judiciário e Ministério Público, buscando alternativas que possibilitem maior celeridade, eficiência e eficácia dos procedimentos policiais.

Outro fato digno de registro foi o contingenciamento de recursos orçamentários, determinado pelo Governo Federal por meio do Decreto nº 7.689/12, onde foram limitados os gastos com diárias e passagens do Poder Executivo Federal, além da carência de recursos humanos, que acabou repercutindo negativamente nas áreas operacionais, de Polícia Judiciária e de Polícia Administrativa. Ao longo dos anos, diversos servidores aposentaram-se sem que houvesse uma reposição proporcional. À vista de tal consideração, a recomposição do quadro de pessoal desta SR/DPF/RN depende de concurso público.

Com advento da Copa do Mundo FIFA 2014, haverá ampliação das ações voltadas à preparação da segurança para o evento, haja vista o Município de Natal ser uma das cidades-sede, as quais serão coordenadas por Delegados de Polícia Federal, designados como Presidente da Comissão Estadual de Segurança Pública e Defesa Civil para Grandes Eventos no Estado. Preparação essa, que exigirá grande esforço desta Regional para cumprir com as exigências da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos do Ministério da Justiça – SESGE/MJ.

Diante do exposto no presente Relatório, pode-se concluir que a SR/DPF/RN atuou no exercício de 2012, em consonância com os objetivos traçados para o período, observando os princípios e regras que disciplinam os atos de gestão da administração pública, atingindo a finalidade propugnada pelo Governo Federal.

KANDY TAKAHASHI
Delegado de Polícia Federal
Superintendente Regional
SR/DPF/RN